



Energia para quê e para quem?

A matriz energética do Brasil em debate

Editorial

Para garantir o abastecimento de energia no País, são propostas construções de novas hidrelétricas, de usinas nucleares e o aumento de energias renováveis, como a solar e a eólica. Com o objetivo de discutir a atual composição da matriz energética nacional, a *IHU On-Line* desta semana conversou com alguns especialistas e trouxe o tema para o debate.

Antes de se pensar em possibilidades para diversificar a matriz energética, é necessária uma discussão aprofundada com a sociedade, aconselha o jornalista e ambientalista **Washington Novaes**. Segundo ele, as alternativas propostas podem trazer benefícios e malefícios para a população. Já para o professor **Heitor Scalabrini Costa**, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), as mudanças na matriz energética devem levar em conta “uma profunda transformação nos padrões atuais de produção e consumo”.

Por outro lado, o professor **Geraldo Lucio Tiago Filho**, da Universidade de Itajubá, diz que Brasil representa “o terceiro maior potencial hídrico no mundo, cerca de 260.000 MW”. Sendo assim, ele explica que o País sempre precisará construir grandes centrais hidrelétricas. O engenheiro **Roberto D’Araujo** compartilha da mesma opinião e enfatiza que “não há fonte alternativa que vença essa opção”. Segundo ele, “o padrão de consumo é subproduto do debate sobre que estilo de crescimento queremos, e não o contrário”.

Para falar sobre a possível construção de uma hidrelétrica na Foz do Chapecó, em Santa Catarina, a *IHU On-Line* entrou em contato com **Gilberto Cervinski**, membro da coordenação nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Cervinski fala sobre a realidade da construção das hidrelétricas e as conseqüências das obras para as populações ribeirinhas. Segundo ele, “no Brasil, em média, a cada 100 famílias atingidas por barragens, 70 não recebem nenhum tipo de direito, ou seja, grande parte delas acaba sem terra, sem casa e sem trabalho”.

O matemático e professor da Unicamp **Gilberto Jannuzzi** afirma que o Brasil pode desempenhar um papel inovador e competitivo no cenário internacional. Ele destaca a biomassa como um dos “elementos em que temos vantagens”, e ressalta a importância de desenvolver tecnologias de ponta para que a energia gerada através deste recurso seja “utilizada em outros lugares pelo mundo afora”. **Ricardo Baitelo**, coordenador do Greenpeace Brasil, aposta no mesmo caminho e diz que outras opções de energias renováveis, como a eólica e a solar, podem aumentar o potencial energético brasileiro.

De acordo com o professor **Juan Plá**, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o estado gaúcho “tem condições de produzir combustíveis em larga escala, tornando-se um exportador de álcool e

biodiesel”. Para ele, a zona rural tem grande potencial para viabilizar este projeto.

Um debate sobre Hobbes, Heidegger e Agamben é o tema da entrevista com Fabrício Carlos Zanin.

Cidade dos Homens, de Paulo Morelli, é o filme da semana.

A todas e todos uma ótima leitura e uma excelente semana!

Leia nesta edição

PÁGINA 01 | Editorial

A. Tema de capa

» ENTREVISTAS

PÁGINA 03 | Heitor Scalabrini Costa: Mudança na matriz energética requer transformações nos padrões atuais de produção e consumo

PÁGINA 10 | Gilberto Cervinski: Foz do Chapecó: a ditadura contra a população ribeirinha

PÁGINA 13 | Washington Novaes: Regras são fundamentais para a ampliação da matriz energética nacional

PÁGINA 18 | Geraldo Lucio Tiago Filho: Construção de PCHs não substitui hidrelétricas

PÁGINA 21 | Juan Algorta Plá: Biodiesel: uma alternativa para a matriz energética?

PÁGINA 24 | Gilberto de Martino Jannuzzi: Faltam políticas públicas para eficiência energética e fontes renováveis

PÁGINA 27 | Ricardo Baitelo: Novos potenciais para a matriz energética

PÁGINA 29 | Roberto D’Araujo: Hidrelétricas: “Não há fonte alternativa que vença essa opção”

B. Destaques da semana

» Entrevista da semana

PÁGINA 33 | Fabrício Carlos Zanin: Agamben e Heidegger: o âmbito originário de uma nova experiência, ética, política e direito

» Filme da semana

PÁGINA 38 | *Cidade dos homens*, de Paulo Morelli

» Análise de Conjuntura

PÁGINA 40 | Destaques On-Line

PÁGINA 43 | Frases da Semana

C. IHU em Revista

» PERFIL POPULAR

PÁGINA 45 | Maria Ilse D’Ávila

» IHU REPÓRTER

PÁGINA 48 | Alberto Efendy Maldonado Gómez de La Torre

Mudança na matriz energética requer transformações nos padrões atuais de produção e consumo

ENTREVISTA COM HEITOR SCALAMBRINI COSTA

O sistema energético com base em hidrelétricas é insustentável e prejudicial às populações ribeirinhas, afirma o professor Heitor Scalabrini Costa, da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), em entrevista por e-mail, à IHU On-Line. De acordo com o professor, as hidrelétricas previstas no rio Madeira e Xingu são desnecessárias para atender às necessidades elétricas do país. Em sua percepção, elas foram projetadas com o objetivo de “beneficiar as indústrias do setor eletrointensivo, como as empresas produtoras de ferro, celulose e alumínio primário, que são grandes consumidoras (e desperdiçadoras) de energia”.

Costa enfatiza que, para construir um modelo energético sustentável, é necessário mudar os modos de produção e consumo da sociedade. Para ele, mudanças na matriz energética, que conduzam ao bem-estar das pessoas, “devem levar em conta uma profunda transformação nos padrões atuais de produção/consumo, no estilo de vida” da população. Nesse sentido, ele propõe mudanças no conceito de crescimento econômico, e ressalta que as fontes de energia renováveis, além de ajudarem a combater os impactos ambientais, ajudariam a diminuir a pobreza e os problemas socioeconômicos do País.

Costa é graduado em Física pelo Instituto de Física Gleb Wattaghin da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mestre em Energia Solar, pelo Instituto de Energia Nuclear da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e doutor em Energia, pela Commissariat à l’Energie Atomique-CEA, Centre d’Etudes de Cadarache et Laboratoire de Photoelectricité Faculte Saint-Jerôme/Aix-Marseille III, França. Atualmente, coordena os projetos da ONG Centro de Estudos e Projetos Naper Solar e o Núcleo de Apoio a Projetos de Energias Renováveis - NAPER da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

IHU On-Line - Como o senhor avalia a matriz energética nacional?

Heitor Scalabrini Costa - O Brasil tem 45% da sua matriz energética baseada em fontes renováveis, particularmente para a geração de energia elétrica e potencialmente nos combustíveis líquidos para transporte, a partir de agrocombustíveis. Por outro lado, há uma absurda e brutal emissão de carbono no uso da terra. Basicamente, em função das transformações no uso da terra na região amazônica, onde o desmatamento e queimadas são usados para abrir campos agriculturáveis e pastagens.

Sem dúvida, nos encaminhamos para o fim da era do petróleo, e nos defrontamos com o grande desafio, que é combater as causas das mudanças climáticas, principalmente substituindo os derivados do petróleo por combustíveis renováveis. Estamos em um período de transição e de incorporação de novas fontes energéticas na vida das pessoas e das nações. Discutir, portanto, uma mudança na matriz energética que realmente busque preservar a vida e o bem-estar dos indivíduos no planeta precisa levar em conta uma profunda transformação nos padrões atuais de produção/consumo, no estilo de vida, no conceito de desenvolvimento vigente e na própria organização de nossa sociedade. Entendo que, para concretizar uma estratégia em bases sustentáveis, seria necessário investir na diversidade e na complementaridade das fontes energéticas, portanto nas alternativas renováveis como a energia eólica, solar térmica, fotovoltaica, marés, ondas, biomassa, pequenas quedas de água (PCH's¹). Portanto, discutir a matriz energética implica, em primeiro lugar, refletir a serviço de quem estará esta nova matriz e levar em conta quem

¹ **Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs):** são usinas hidrelétricas de pequeno porte, cuja capacidade de potência é superior a 1MW e inferior a 30MW. A área dos reservatórios das PCHs deve ser inferior a 3Km². (Nota da *IHU On-Line*)

se beneficiará ou qual propósito servirá, ou seja: energia para quê e para quem?

IHU On-Line - Investindo na construção de novas hidrelétricas, o Brasil estará produzindo energia para quem?

Heitor Scalabrini Costa - O Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica (PDEE) 2006-2015, divulgado pelo Governo Federal, tem pouco apreço pela busca da eficiência energética e do uso racional de energia. Foi elaborado para beneficiar as indústrias do setor eletro-intensivo, como as empresas produtoras de ferro, pasta de celulose e alumínio primário, que são grandes consumidoras (e desperdiçadoras) de energia, concentrando em três megaprojetos (as usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antonio - no Rio Madeira, em Rondônia, a de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará e a usina nuclear de Angra III), que causarão grandes impactos sociais e ambientais e têm uma chance razoável de dar errado. Empreendimentos estes rechaçados pelos movimentos sociais e pela sociedade brasileira há anos, devido aos impactos ambientais que provocarão.

O governo não deu muita importância à adoção de novas matrizes de energia renovável no País. As energias renováveis são relegadas no PDEE, enquanto deveriam ser encaradas como a grande solução para a questão energética. O Brasil já é capaz de produzir em quantidade energia solar térmica, solar fotovoltaica, eólica ou biomassa, entre outras, e só não o faz por falta de vontade política do governo. O governo segue desconsiderando essa tendência internacional apesar do País possuir potencial para suprir totalmente a demanda nacional atual e também para fornecer eletricidade a locais remotos que não a possuem ou que utilizam outras fontes, como a geração a diesel ou a gás.

Ao desprezar as fontes renováveis, o País acaba deixando de economizar energia. Essas fontes poderiam

também resolver problemas atuais do setor, como o pico de consumo causado por chuveiros elétricos e que pode ser reduzido utilizando a energia solar térmica, beneficiando a todos, inclusive às concessionárias. Assim a demanda poderia ser mais balanceada e o fator de carga elevado.

IHU On-Line - Num momento em que tanto se discute a questão ambiental e o aquecimento global, por que viabilizar grandiosos projetos de usinas hidrelétricas no Rio Madeira e no Xingu, por exemplo, se já está comprovado que grandes hidrelétricas geram impactos ambientais?

Heitor Scalabrini Costa - Os planos e estratégias de expansão da oferta de energia elétrica feito pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE pressupõe a continuidade de construção de grandes barragens e a prevalência da opção hidrelétrica para assegurar 4/5 da oferta, deixando a termelétricidade (gás natural, carvão mineral, derivados de petróleo e nuclear) os 20% restantes.

Para a elaboração deste cenário, é considerada a construção de grandes hidrelétricas na região Norte do País, a conclusão de Angra III e a construção de outras novas nucleoeletricas, enquanto que a inserção da energia solar e eólica na matriz energética nacional se mantém de forma incipiente. A energia elétrica obtida a partir do potencial hidráulico de um rio, através da construção de uma barragem, com a conseqüente formação de um reservatório, tem se revelado no cenário nacional e internacional insustentável. São identificados problemas físico-químico-biológicos decorrentes da implantação e operação de uma usina hidrelétrica e de sua interação com as características ambientais do local de construção (por exemplo, alteração do regime hidrológico, assoreamento, emissões de gases estufa a partir da decomposição orgânica no reservatório, entre outros), além dos aspectos sociais, particularmente com

relação às populações ribeirinhas atingidas pelas obras (formação do reservatório), invariavelmente desconsideradas, diante dos deslocamentos destas populações.

Hidrelétricas desnecessárias

As hidrelétricas previstas no rio Madeira e Xingu são desnecessárias para atender as necessidades elétricas do País. Foram projetadas para beneficiar as indústrias do setor eletro-intensivo, como as empresas produtoras de ferro, celulose e alumínio primário, que são grandes consumidoras (e desperdiçadoras) de energia, além de obviamente as grandes empreiteiras (fonte de “eterna” corrupção).

Existem outras alternativas de oferta de energia elétrica sem a necessidade destas obras tão renegadas pela sociedade civil brasileira. Alternativas como a repotenciação (modernização) das hidrelétricas já existentes, melhorar a eficiência e conservação de energia, utilizar o aquecimento de água com energia solar para substituição dos chuveiros elétricos, dentre outras medidas, seriam suficientes para ofertar a energia elétrica necessária ao País, sem a necessidade de realizar estas grandes obras. Portanto, o Brasil não tem necessidade de construir as usinas hidrelétricas no Rio Madeira e no Xingu para atingir as metas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Estas decisões, referentes à construção de usinas de geração de eletricidade, têm sido expostas diante de um suposto aumento dos riscos de déficit de energia, alimentadas pela síndrome do apagão. Parece-me mais inteligente buscar formas de aumentar a eficiência e a conservação de energia e de encontrar, na diversidade das fontes renováveis, as múltiplas saídas para os problemas energéticos do país.

IHU On-Line - O senhor afirma que o tratamento dado à questão energética no PAC (Programa de Aceleração

do Crescimento) foi decepcionante. Por quê? De que maneira o PAC poderia contribuir para o efetivo desenvolvimento do País, no que se refere à energia elétrica?

Heitor Scalabrini Costa - Pode se afirmar que o tratamento dado à questão energética no PAC foi decepcionante e frustrante para aqueles que almejam um desenvolvimento em nosso país mais igualitário, menos excludente e sustentável ambientalmente. Estamos na contramão da história, pois os mais recentes estudos do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática² da Organização das Nações Unidas têm apontado como o pior vilão das mudanças climáticas o uso dos combustíveis fósseis (petróleo, gás natural e carvão mineral) causadores do efeito estufa. E, lamentavelmente, são estes combustíveis que receberam os maiores recursos destinados pelo PAC.

Com uma previsão de aporte de recursos da ordem de R\$ 274,8 bilhões até 2010, a área de infra-estrutura energética teve a maior fatia do bolo de investimentos. O plano mostra o viés conservador do governo por investir em combustíveis fósseis (maiores causadores do aquecimento global). A rubrica petróleo e gás levou R\$ 179 bilhões, enquanto para o desenvolvimento de fontes renováveis de energia serão destinadas “migalhas” da ordem de R\$ 17,4 bilhões. O setor elétrico, por sua vez, receberá R\$ 65,9 bilhões para investimento em geração de energia e R\$ 12,5 bilhões para investimentos em transmissão e distribuição.

² Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC): é o órgão das Nações Unidas responsável por produzir informações científicas em três relatórios que são divulgados periodicamente desde 1988. Os relatórios são baseados na revisão de pesquisas de cientistas do mundo todo. O documento divulgado pelo IPCC em fevereiro de 2007 afirmou que os homens são os responsáveis pelo aquecimento global. Sobre o tema, a IHU On-Line 215 produziu uma edição especial, intitulada *Estamos no mesmo barco. E com enjôo. Anotações sobre o relatório do IPCC*. O sítio do IHU tem dado ampla cobertura ao tema. No endereço eletrônico (www.unisinos.br/ihu), podem ser acessados entrevistas sobre o assunto. (Nota da *IHU On-Line*)

Apesar do setor elétrico receber menos recursos que o setor petróleo e gás, o PAC atendeu às reivindicações dos empresários do setor elétrico (leia-se as grandes empresas transnacionais), beneficiando-as com mudanças nas regras de empréstimos concedidos pelo BNDES, que aumentaram as facilidades para os empresários do setor. Os prazos de pagamento foram estendidos de 14 para 20 anos e os prazos de carência aumentados de seis meses para um ano. Além disso, o financiamento pode chegar a até 80% do valor total do empreendimento. Também há outras facilidades, como a redução do valor das garantias dos projetos de construção de usinas hidrelétricas e a diminuição das exigências de previsão de fluxo de caixa para financiamentos no setor de energia. O governo, com essas “facilidades”, espera viabilizar projetos de usinas hidrelétricas de Jirau (3.300 MW) e Santo Antonio (3.150 MW), no Rio Madeira (barragem de 217 km), em Rondônia e de Belo Monte (5.500 MW), e no Rio Xingu, no Pará (barragem de 440 km).

Antes que o Brasil se renda ao apelo da energia nuclear (ambientalmente incorreta por causa dos riscos de acidentes e da produção de resíduos radioativos), ou continue lutando contra a sociedade civil para aprovar a construção de novas hidrelétricas e termelétricas, parece mais inteligente buscar formas de aumentar a eficiência e a conservação de energia, e de encontrar, na diversidade das fontes renováveis, as múltiplas saídas para os problemas energéticos do país.

IHU On-Line - **Discutir as mudanças na matriz energética brasileira implica em discutir também mudanças no sistema de produção e consumo? Como o senhor relaciona esses aspectos?**

Heitor Scalabrini Costa - Um modelo sustentável só será possível a partir da mudança dos modos de produção e de consumo da sociedade. É a razão capitalista com base no consumismo, no militarismo, e na da lógica de acumulação do capital que está levando o nosso planeta -

e os seres vivos que o habitam - a uma situação catastrófica do ponto de vista do meio ambiente, das condições de sobrevivência da vida humana e da vida em geral. O paradigma do crescimento econômico deve e precisa ser profundamente alterado. Precisamos nos adequar à velocidade dos acontecimentos, pois o caos climático e suas conseqüências se transformarão, em poucos anos, num fator de contestação global do capitalismo como jamais houve na história. Para estar à altura dos acontecimentos, uma boa idéia é começar a deixar de lado um conceito de crescimento econômico que nos foi imposto pelo próprio capitalismo.

A questão central é como vamos mudar o sistema de produção. Na medida em que se muda a produção, se mudará o consumo. A produção comanda e obriga o consumo. Se há preocupação em mudar a questão ambiental, é preciso se pensar em mudar o sistema de produção, o modelo atual da civilização ocidental industrializada. Temos que combater aqueles que parecem obedecer a uma mentalidade desenvolvimentista ainda calcada na visão do “mais e maior” e que ignora as dimensões socioambientais do “crescimento infinito”.

O fato é que jamais haverá, sob o signo do capitalismo, a “salvação ambiental”. Por isso, a luta socioambiental é hoje o instrumento mais importante para a superação do capitalismo antes que o capitalismo acabe com as condições para que a humanidade exista nesse Planeta.

IHU On-Line - Como o senhor percebe a criação das Pequenas Centrais Hidrelétricas enquanto alternativa para o funcionamento efetivo da energia elétrica no País?

Heitor Scalabrini Costa - O Brasil tem características geográficas e hidrológicas que favorecem o emprego da energia hidroelétrica. No País, existe um importante potencial, identificado através das PCH's, estimado em

9.800 MW, considerando usinas com até 30 MW de potência instalada e com o reservatório de até 3 km².

Uma PCH não é uma central em tamanho reduzido, e sim uma concepção diferente e mais simples de uma central hidrelétrica. A agressão à natureza deste tipo de empreendimento é muito menor que o causado pelas grandes hidroelétricas. Sem dúvida, as PCH's se constituem em uma fonte de energia elétrica que devemos apoiar, para a construção de uma matriz energética mais renovável e diversificada.

IHU On-Line - Como o senhor relaciona a questão energética e o desenvolvimento sustentável?

Heitor Scalabrini Costa - Muitos acreditam e manifestam a crença de que o mercado pode ser o responsável pela implantação da filosofia do desenvolvimento sustentável. Acreditam que com o decorrer do tempo, e com o surgimento de novas tecnologias, os problemas ambientais podem ser sanados e superados, resultando uma melhoria no bem-estar social ou mesmo a diminuição das desigualdades sociais.

O fato é que o desenvolvimento sustentável não pode ser tratado apenas como uma questão restrita a políticas ambientais e tecnológicas. Os problemas da desigualdade social e do modo de produção atual são os obstáculos para se alcançar uma forma de desenvolvimento capaz de preservar o meio ambiente e, ainda assim, proporcionar melhores condições de vida as pessoas excluídas do sistema de trabalho. Um modelo sustentável só será possível a partir da mudança dos modos de produção e de consumo da sociedade.

Como podemos observar em nosso país, a temática da oferta da energia traz questões de ordem política decorrente da forma como as diferentes opções energéticas são impostas à sociedade. O tratamento da questão energética continua a revelar a prevalência da visão liberal-mercantilista, que concebe o setor energético como um campo de relações de troca de

mercadorias, com vistas à ampliação da acumulação de capital.

***IHU On-Line* - Qual é o papel das fontes renováveis de energia na matriz energética brasileira?**

Heitor Scalabrini Costa - As fontes renováveis de energia, como biomassa, PCHs, eólica e energia solar, incluindo a fotovoltaica, têm e terão um papel fundamental a cumprir, pois aumentam a diversidade da oferta de energia; asseguram a sustentabilidade da geração de energia a longo prazo; reduzem as emissões atmosféricas de poluentes; criam novas oportunidades de empregos nas regiões rurais, oferecendo oportunidades para fabricação local de tecnologia de energia; e fortalecem a garantia de fornecimento porque, diferentemente do setor dependente de combustíveis fósseis, não requerem importação.

Além de solucionar grandes problemas ambientais, como o efeito estufa, as novas renováveis ajudam a combater a pobreza, e também podem aumentar o acesso à água potável proveniente de poços. Água limpa e alimentação cozida reduzem a fome (95% dos alimentos precisam ser cozidos antes de serem ingeridos). Pode haver a redução de tempo que mulheres e crianças gastam nas atividades básicas de sobrevivência (buscando toras, coletando água, cozinhando). Além disso, energia em casa facilita o acesso à educação, aumenta a segurança e permite o uso de mídia e comunicação na escola; diminuir o desmatamento.

Os estudos realizados pela WWF mostram que, num cenário elétrico sustentável, as fontes como solar, eólica, biomassa e PCHs podem fornecer até 20% da geração total de eletricidade, empregando oito milhões de pessoas e reduzindo as emissões dos gases de efeito estufa. Basta para isso que se retome a fase 2 do PROINFA (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica), que foi abandonado pelo governo.

***IHU On-Line* - Como o senhor se posiciona em relação ao debate sobre energia no País? E a questão dos agrocombustíveis?**

Heitor Scalabrini Costa - Em toda a discussão atual sobre energia no Brasil, se fala sempre na ameaça dos apagões frente ao crescimento econômico anunciado. Nem o governo, nem as autoridades do setor energético, nem os responsáveis pela administração do setor elétrico brasileiro, nem os distribuidores falam uma só palavra sobre economia de energia, racionalização do gasto de energia, eficiência, manutenção, modernização.

Só a obra nova parece interessar e ser capaz de gerar energia no Brasil. Cada vez é mais constante ouvir declarações governamentais e de “técnicos” de empresas estatais e privadas, demonstrando desprezo pelas energias renováveis e grande dose de ignorância sobre o debate energético contemporâneo. Diferentemente destas declarações preconceituosas sobre as energias alternativas como solução para o problema energético do Brasil, elas podem, sim, atender às necessidades e demandas futuras, diversificando e complementando a matriz elétrica. Ao estabilizar em torno de 70% de energia hídrica, os outros 30% podem ser perfeitamente adicionados por fontes renováveis, especialmente biomassa, PCH's, eólica e solar - que nem foi incluída no PROINFA.

O PROINFA foi criado para estimular as fontes alternativas de energia, e que em cinco anos não realizou nem 40% das suas metas originais, relativamente banais, diga-se de passagem, de conseguir gerar 3.300 MW de eletricidade a partir de biomassa, eólica e hídrica com base em PCH's.

Biocombustíveis

Vejamos o que está ocorrendo com relação à produção do etanol e do biodiesel. Com base no modelo do agronegócio, que destina grandes extensões de terra para a monocultura, procura-se transformar o Brasil em

grande exportador de combustíveis líquidos com o apoio e ganância de grandes grupos econômicos e fundos de investimentos. Este modelo causa impactos negativos em comunidades camponesas, ribeirinhas, indígenas e quilombolas, que têm seus territórios ameaçados pela expansão do capital.

O que se verifica hoje é a compra de terras por estrangeiros (japoneses, chineses, americanos, franceses, holandeses e ingleses), que estão aportando no país, comprando usinas e formando um estoque de terras que rende uma valorização acelerada, na linha da especulação típica das zonas urbanas. O Brasil entra com a terra, a água e o sol, e mão-de-obra barata. Já eles colhem, exportam e vendem o produto, aplicando os lucros lá fora. Ficam com o verde da cana e dos dólares e, nós, com o amarelo da fome. Sem abandonar estas fontes de riqueza para o País, o modelo agrícola a ser adotado deveria estar baseado na agroecologia, no zoneamento agrícola e na diversificação da produção. Ele deve ser orientado por um sentido de desenvolvimento, que fortaleça a agricultura familiar e o desenvolvimento regional, e não pela lógica de querer, acima de tudo, transformar o Brasil em um grande exportador de combustíveis. Tem se afirmado com insistência, ao longo dos anos, que não existe solução para os problemas urbanos do Brasil, sem melhorar a qualidade de vida no campo. Assim, a questão crucial não deve ser plantar isto ou aquilo, mas sim “plantar para quê e para quem”? Essas questões, por sua vez, devem estar subordinadas a uma pergunta mais geral: qual padrão de desenvolvimento e de consumo a sociedade brasileira deseja? A produção de agro-combustíveis como etanol e biodiesel só faz sentido se melhorar a qualidade de vida do povo.

IHU On-Line - Qual é o interesse do Brasil em utilizar energia nuclear como fonte energética? Essa opção pode ser considerada um regresso?

Heitor Scalabrini Costa - O Brasil não tem necessidade de construir mais usinas nucleares para atingir a meta do PAC de aumentar a oferta de energia elétrica. Fonte de energia elétrica ambientalmente incorreta por causa dos riscos de acidentes e pela produção de resíduos radioativos, o uso da nucleoeletricidade pelo Brasil é estrategicamente incorreto, e deveria ser definitivamente descartada.

Os defensores da tecnologia nuclear insistem que a energia nuclear não emite dióxido de carbono (CO₂) e, por isso, é uma boa opção para enfrentar o aquecimento global. Os lobistas desta tecnologia não incorporam em seus cálculos o processo completo da energia nuclear, porque consideramos a mineração do urânio (combustível nuclear), o transporte, o enriquecimento do urânio, a posterior desmontagem da central e o processamento e confinamento dos resíduos radioativos. Esta opção produz entre 30 e 60 gramas de CO₂ por quilowatt-hora gerado. Estes dados são da Agência Internacional de Energia Atômica, e é importante não omiti-los no debate sobre as soluções ao desafio energético do País. Ainda mais, porque o cálculo que faz hoje o Oxford Research Group chega até 113 gramas de CO₂ por quilowatt-hora. Isso é aproximadamente a emissão de uma termoelétrica a gás. Portanto, aqui também há um mito, um afã de descartar, cortar e mostrar uma parcialidade da realidade desta fonte de energia. Também, o uso de água na tecnologia nuclear é alto e implica dejetos sólidos.

Foz do Chapecó: a ditadura contra a população ribeirinha

ENTREVISTA COM GILBERTO CERVINSKI

Gilberto Cervinski, membro da coordenação nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), concedeu a entrevista que segue, por e-mail, à IHU On-Line mostrando a realidade dos bastidores da construção das hidrelétricas, de como vive a população ribeirinha e pobre, que sofre as conseqüências das decisões das grandes multinacionais e construtoras. Cervinski integra o MAB do Rio Grande do Sul e é formado em Agronomia. Confira a entrevista, em que ele afirma: “O problema central da energia no Brasil é de modelo energético, ou seja, precisamos discutir para que e para quem estamos produzindo energia? Quem ganha e quem perde com este modelo energético? Quem está pagando a conta de tudo isso?”.

IHU On-Line - Em que sentido as populações ribeirinhas são mais influenciadas pelas hidrelétricas brasileiras?

Gilberto Cervinski - Na barranca do rio, há o que chamamos de ditadura contra as populações atingidas por barragens. As famílias atingidas por barragens acabam pagando a conta de diversas formas. Pagamos a conta quando os direitos das populações são negados. Para se ter uma idéia, no Brasil, em média, a cada 100 famílias atingidas por barragens 70 não recebem nenhum tipo de direito, ou seja, grande parte delas acaba sem terra, sem casa e sem trabalho. Por isso, a maior parte acaba indo morar nas partes mais pobres das cidades. Pagamos a conta quando o BNDES e as estatais colocam a maior parte do dinheiro para construir uma hidrelétrica, e quem acaba ficando de dono das barragens são as multinacionais, sem, na maioria das vezes, colocar nenhum centavo do seu dinheiro. No caso da hidrelétrica de Foz do Chapecó³, o BNDES está colocando mais de 65%

³ Foz do Chapecó: a usina Foz do Chapecó atinge 13 municípios do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, alcançando cerca de 114 comunidades rurais e do interior. A construção da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó, no rio Uruguai, terá investimentos de R\$ 2,2 bilhões. A conclusão da obra está prevista para 2010. A usina terá capacidade

dos recursos necessários, e Furnas⁴ (uma estatal) também está colocando uma grana boa e, no final das contas, quem ficará de dono da hidrelétrica é a CPFL⁵, uma empresa do grupo Votorantim. Pagamos a conta quando o povo brasileiro precisa pagar todo mês uma das tarifas de energia elétrica das mais caras do mundo, mesmo que tenhamos uma das fontes mais baratas. Para se ter uma idéia, enquanto os grandes consumidores de energia elétrica no Brasil pagam em média R\$ 40,00 a 50,00 pelo MWH, o povo brasileiro chega a pagar dez

de gerar 855 megawatts (MW), suficientes para abastecer o Oeste Catarinense e o Norte Gaúcho num raio de até 200 quilômetros, o que equivale a 25% do consumo de energia de Santa Catarina. No sítio do IHU, podem ser conferidas notícias sobre a construção da usina e a situação das populações ribeirinhas que moram na região. O endereço para acesso é www.unisinos.br/ihu. (Nota da *IHU On-Line*)

⁴ FURNAS Centrais Elétricas S.A.: é uma empresa brasileira de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica. A organização estatal de capital misto, atua na região Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Norte do Brasil. A empresa opera com onze usinas hidroelétricas e duas termoeletricas. (Nota da *IHU On-Line*)

⁵ CPFL Energia S/A: é uma empresa que controla empresas e empreendimentos privados nas áreas de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica. A CPFL Energia é uma das maiores companhias privadas do setor elétrico brasileiro atuantes no mercado. (Nota da *IHU On-Line*)

vezes mais do que isso, ou seja, para as multinacionais a energia é a preço de custo, enquanto que o povo paga as tarifas mais caras do mundo. Enfim, os problemas relacionados à questão das hidrelétricas vão além das questões simplesmente ligadas à perda dos direitos. O problema central da energia no Brasil é de modelo energético, ou seja, precisamos discutir para que e para quem estamos produzindo energia. Quem ganha e quem perde com este modelo energético? Quem está pagando a conta de tudo isso? Ou seja, é necessário debater as questões centrais.

***IHU On-Line* - Como você vê o projeto de instalação de uma hidrelétrica na Foz do Chapecó? Como fica a situação das populações ribeirinhas, caso o projeto se realize? Se as pessoas forem obrigadas a se retirar do local, para onde vão?**

Gilberto Cervinski - Se o projeto de Foz do Chapecó for realizado, com certeza haverá mais gente morando nas favelas e, se houver uma forte organização dos atingidos, quem sabe teremos algumas famílias que sejam reassentadas. Porém na situação que está hoje (governos, partidos, empresas, judiciário etc., todos favoráveis) a situação é bem mais complicada. No entanto, a sociedade, de maneira geral, precisa entender que a luta dos atingidos é uma luta de toda sociedade, porque toda população é atingida de uma forma ou de outra, como eu já mencionei acima.

***IHU On-Line* - Quais são as conseqüências ambientais, para o ecossistema, de uma hidrelétrica? Como fica o abastecimento de água, principalmente para a população mais pobre?**

Gilberto Cervinski - Veja, esse tema é ignorado pelos construtores e defensores das barragens. Eles evitam aceitar que as barragens causam problemas ambientais, mas nós temos exemplos claros em todo o Brasil, onde comunidades inteiras ficaram sem água, porque as

nascentes secaram, comunidades inteiras não têm mais acesso ao lago, porque o lago foi cercado e privatizado, e comunidades inteiras ficaram sem poder pescar, porque não existem mais espécies de peixes. Em outros lugares, as famílias não possuem nem água para beber. Enfim, as conseqüências ambientais se entrelaçam com os problemas sociais, econômicos e culturais que são causados numa região atingida por barragem e o desenvolvimento propagandeado antes de a obra ser construída. Na verdade, acaba tornando-se um grande pesadelo a todos aqueles que continuam morando na região, porque, no final da construção, a região fica mais pobre e com mais problemas. Ou seja, o tal desenvolvimento prometido é uma grande mentira, servindo apenas para ganhar o apoio da população durante o período de construção da obra.

***IHU On-Line* - Com que olhos o senhor vê a construção de usinas no Rio Madeira?**

Gilberto Cervinski - Os planos das hidrelétricas no Rio Madeira são diabólicos: são projetos que abrirão as portas para a construção de um conjunto de hidrelétricas que ultrapassam mais de 300 projetos dentro da região Amazônica. As hidrelétricas foram pensadas e planejadas para atender aos interesses das maiores multinacionais do mundo. Por isso, vou citar alguns dos interesses que estão escondidos por de trás dos projetos: a) colocar os principais recursos naturais sob domínio e a serviço das multinacionais, principalmente a energia, a água e os minérios; b) gerar energia elétrica a preço de custo para as indústrias eletrointensivas (alumínio, celulose, ferro etc.), ou seja, energia barata para as multinacionais; c) vender energia ao preço mais alto possível ao povo brasileiro - para se ter uma idéia, as duas hidrelétricas vão gerar um faturamento de mais de R\$ 500 mil por hora, aos donos das barragens, ou seja, mais de R\$ 3 bilhões ao ano; d) vão fazer com que o povo brasileiro pague todos os investimentos e, no final das contas, o

setor privado vai ficar de dono das barragens. Para se ter uma idéia, os dois projetos vão custar nada menos que R\$ 28 bilhões. Rondônia possui uma população aproximada de um milhão e meio de habitantes. Isso equivale a um investimento igual a R\$ 18.500,00 por habitante de Rondônia. Quantos hospitais, escolas, universidades, moradias poderiam ser feitas se o investimento realmente fosse feito para o povo? Além disso, se ganha muito dinheiro com a venda de turbinas (serão gastos R\$ 5 bilhões somente em turbinas que serão adquiridas da Alemanha), máquinas e equipamentos. Tudo isso cria uma infra-estrutura de transporte que vai permitir o avanço da soja e da cana para dentro da Amazônia. Penso que poderíamos citar muitos outros interesses e nenhum deles está relacionado com os verdadeiros problemas do povo brasileiro, mas é melhor eu parar por aí. No entanto, é preciso uma grande unidade do povo em torno das lutas. Só assim poderemos mudar e combater esses projetos que não interessam ao nosso País.

IHU On-Line - Qual é a melhor forma de energia alternativa para as populações ribeirinhas, na opinião do MAB?

Gilberto Cervinski - É evidente que a energia, em primeiro lugar, não pode ser considerada como uma mercadoria. Em segundo lugar, é preciso levar em conta os limites que a natureza nos permite. E, em terceiro lugar, é preciso pensar o que fazer com a energia que já estamos produzindo. Penso que não se trata de encontrar alternativas no atual modelo energético e de sociedade, porque tudo que encontrarmos estará servindo para a acumulação e enriquecimento de uma minoria enquanto o povo está cada vez mais pobre. A questão central é organizar a sociedade, buscar trabalhar para elevar seu nível de consciência política e fazer com que as grandes lutas retomem o cenário nacional, para, a partir daí, pensar em transformar as questões centrais que interessam ao povo deste País.

Regras são fundamentais para a ampliação da matriz energética nacional

ENTREVISTA COM WASHINGTON NOVAES

Para o jornalista e ambientalista Washington Novaes, “está faltando uma discussão mais aprofundada e clara com a sociedade sobre a situação real da crise na matriz energética”. Antes de pensar em aumentar as fontes de energia, Novaes ressalta que é importante discutir sobre a potência instalada, a oferta disponível e a demanda real.

Na entrevista a seguir, concedida por telefone à IHU On-Line, ele critica a construção de Angra III e chama a atenção para um possível risco na utilização dos biocombustíveis. Ao invés de ser uma solução para o País, eles podem se transformar num problema. A plantação incorreta de cana-de-açúcar, por exemplo, pode acabar com a agricultura familiar, o que contribui para “promover o inchaço das cidades e das periferias urbanas”, explica o ambientalista.

Graduado em Direito, jornalista e ambientalista, Washington Novaes já atuou em várias publicações brasileiras. Ganhou prêmios como O Prêmio de Jornalismo Rei de Espanha, o troféu Golfinho de Ouro e o Prêmio Esso Especial de Meio Ambiente. Atualmente, é colunista dos jornais O Estadão e O Popular, de Goiânia.

Novaes já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line. Destacamos a publicada na edição 215, de 15-04-2007, intitulada “Uma coisa é certa: a Terra continuará com o ser humano, ou sem ele”. O material está disponível no endereço do IHU (www.unisinos.br/ihu).

IHU On-Line - A crise da matriz energética brasileira denuncia um padrão de desenvolvimento sem planejamento, que consome muita energia e não protege os mananciais. Para o senhor, quais foram os principais equívocos na construção e implantação da matriz energética brasileira?

Washington Novaes - Está faltando uma discussão mais aprofundada e clara com a sociedade sobre a situação real da crise na matriz energética. É necessário discutir qual é a potência instalada, qual é a oferta de energia e a demanda real. A cada dia, nós ficamos ouvindo que acontecerá um novo apagão, que faltará energia. Enquanto isso, a Universidade de Campinas (Unicamp) divulgou um longo estudo que produziu em participação com o WWF⁶, dizendo que o Brasil pode economizar 30% da energia que consome atualmente com programas de eficiência energética e de redução do consumo. O País pode economizar mais 10% se fizer repetência de usinas que já estão fora do prazo e nas quais bastaria substituir alguns equipamentos. Além disso, pode ganhar mais um pouco se criar um programa para reduzir as perdas da transmissão de energia à longa distância. Nós estamos perdendo 15% da energia na transmissão, enquanto na Europa perdem 5 e 6%. Então, com algumas medidas, poderíamos ganhar 50%. No entanto, o governo só pensa em construir novas mega-hidrelétricas com investimentos gigantescos e até usinas nucleares. Mas a discussão não acontece e passa ao largo dos pronunciamentos do governo e do setor elétrico.

⁶ WWF-Brasil: é uma organização não governamental brasileira, criada em 1996, com sede em Brasília. A instituição desenvolve projetos em todo o país e integra a Rede WWF, uma das maiores redes independentes de conservação da natureza, com atuação em mais de 100 países. O WWF tem o apoio de cerca de 5 milhões de pessoas, incluindo associados e voluntários. (Nota da *IHU On-Line*)

Economia de energia

Que se pode economizar energia, nós já sabemos e vimos com o apagão de 2001. Naquela ocasião, com programas de eficiência energética e de adequação ou substituição de aparelhos, nós conseguimos economizar 30% da energia. Até hoje ninguém mostrou que houve qualquer prejuízo com isso, a não ser a redução da venda das empresas distribuidoras de energia elétrica. Como o consumidor aprendeu a substituir equipamentos, lâmpadas incandescentes por fluorescentes, o consumo brasileiro ficou 20% abaixo do que era em 2001. Então, esse debate tem que anteceder qualquer discussão sobre a matriz energética brasileira, o que não está acontecendo.

IHU On-Line - O que implica a opção brasileira de construir sua matriz energética baseada, principalmente, nas hidrelétricas? O que isso significará e representará para o País daqui a alguns anos?

Washington Novaes - Há várias questões envolvidas aí. Uma consiste no argumento de que, com a construção dessas obras, o PIB vai crescer. Mas o crescimento do PIB não significa uma grande vantagem para o País. O Lutzenberger⁷ costumava dizer que não há nada melhor para o crescimento do PIB do que um terremoto, porque o prejuízo não é contabilizado. Assim, o crescimento do PIB não é em si, abstratamente, um bem. Além disso, o que não for aplicado nessas hidrelétricas, pode ser aplicado em outras áreas, já que o Brasil está muito carente. Esses investimentos podem ser direcionados para o transporte, para a educação e saúde. Agora, há

⁷ José Lutzenberger (1926-2002): foi um agrônomo brasileiro, combatente na luta pela conservação e preservação ambiental. Foi secretário especial do Meio Ambiente da Presidência da República de 1990 a 1992. A revista *IHU On-Line* número 18, de 20-05-2002 dedicou a ele sua matéria de capa (Nota da *IHU On-Line*)

também uma pressão muito grande das mega-construtoras e das mega-empreiteiras, para que esse caminho seja adotado, mas o País não é obrigado a segui-lo.

O que essas hidrelétricas representarão no futuro dependerá da demanda real de energia que o Brasil terá daqui 20 ou 30 anos. Daqui a algum tempo, pode haver energia sobrando ou pode haver desperdício: tudo irá depender das medidas tomada pelo governo.

IHU On-Line - Se existem tantos argumentos contrários à implantação de energia nuclear no Brasil, tendo em vista as alternativas naturais existentes, por que o governo insiste na idéia de construir Angra III?

Washington Novaes - A energia nuclear, em primeiro lugar, é mais cara que outros formatos de energia que estão ao nosso alcance. Em segundo lugar, ela é mais insegura e está sujeita a riscos muito sérios. Em terceiro, ela é muito vulnerável a ataques de terroristas. E, em quarto lugar, destaco o problema mais grave de todos: ninguém arranhou até hoje, no mundo inteiro, solução para o problema do lixo nuclear, que é altamente radioativo, perigoso e não tem onde ser colocado. O Brasil mesmo continua mantendo todo seu lixo nuclear das usinas Angra I e II dentro das próprias usinas. Isso é um absurdo, porque o risco radioativo dura por milhares de anos. Então, a alternativa nuclear não tem nenhuma razão de existir no Brasil, já que o País dispõe de outros formatos. Além da hidrelétrica, o Brasil pode trabalhar com a energia solar, eólica, de mares. Desse modo, o País tem uma porção de possibilidades e não precisa de forma nenhuma de energia nuclear. Entretanto, há uma pressão muito grande, porque a opção pela energia nuclear permitiria desenvolver o ciclo completo do urânio e a exploração do mineral. Acredita-se que, como o Brasil tem muito urânio, a exploração traria desenvolvimento. Mas o desenvolvimento e o

crescimento econômico não podem ocorrer a qualquer preço.

Argumentos para a construção de Angra III

São apresentados três argumentos para a construção da usina nuclear. Um deles é que o País já aplicou mais de um bilhão de dólares na compra desses equipamentos e já pagou aos produtores alemães; o segundo motivo é que isso permitiria também consumir e desenvolver a utilização do urânio; e há quem diga que há nisso uma pressão militar, pois os militares desejariam ter o domínio completo.

IHU On-Line - Ao rever a matriz energética brasileira, que medidas deverão ser tomadas para alcançar mudanças a longo prazo, garantindo a sustentabilidade energética?

Washington Novaes - Primeiramente, é necessário discutir qual é a demanda real de energia no País. Segundo, saber como ela pode ser suprida. Então, esse caminho que a Unicamp está apontando da eficiência energética, da conservação de energia é verdade. Se é verdade, nós temos que fazer isso imediatamente, ao invés de gastar dinheiro ampliando uma oferta de energia que não seria necessária. Em terceiro lugar, é preciso examinar todas as possibilidades da matriz energética e apresentá-las com muita clareza para a sociedade, para que ela consiga influir nessas decisões.

IHU On-Line - Especialistas dizem que a produção de biocombustíveis poderá gerar uma monocultura, encarecendo, conseqüentemente, os alimentos agrícolas. Quais são as implicações dos biocombustíveis para a agricultura familiar?

Washington Novaes - Os biocombustíveis podem ser uma das boas alternativas para o Brasil, mas isso está ameaçando se transformar num problema, ao invés de ser uma solução, pois está sendo feito sem nenhuma

regra. O avanço da cana-de-açúcar para produzir o etanol, por exemplo, está sendo feito sem nenhum cuidado e se concentrando no Centro-Oeste, principalmente. Assim, corre-se o risco de repetir algumas coisas que já aconteceram em São Paulo, onde, por exemplo, a agricultura familiar e de alimentos foi expulsa para mais longe, e a cana-de-açúcar tomou conta de tudo. Isso significou, em primeiro plano, o encarecimento do custo dos alimentos. Em segundo plano, trouxe uma grande perda para a agricultura familiar e um deslocamento de uma grande parte das pessoas que trabalhavam na agricultura, o que ocasionou esse êxodo rural que ajudou a promover o inchaço das cidades e das periferias urbanas. Além disso, é preciso ter regras para as questões dos nutrientes, pois eles são um problema muito sério na cana-de-açúcar, porque eles vão para os rios e promovem eutroficação⁸ no mar e contribuem para a chuva ácida⁹. Também existe a questão do trabalho nesses imensos canaviais, que é um trabalho semidegradante¹⁰, em péssimas condições de remuneração. Tudo isso precisaria ser cuidado, além de evitar o conflito com outras culturas como está acontecendo em Goiás, os conflitos com a soja. Então, os biocombustíveis podem ser uma das alternativas das

⁸ **Eutroficação:** processo de alterações físicas, químicas e biológicas de águas paradas ou represadas. É o envelhecimento precoce da água de lagos e reservatórios, que afeta o nível de clorofila da água, a concentração de fósforo, a quantidade de vegetais flutuantes, o oxigênio dissolvido, e leva à alteração do equilíbrio das espécies animais e vegetais. (Nota da *IHU On-Line*)

⁹ **Chuva ácida:** é caracterizada por um pH abaixo de 4,5. É causada pelo enxofre proveniente das impurezas da queima dos combustíveis fósseis e pelo nitrogênio do ar, que se combinam com o oxigênio para formar dióxido de enxofre e dióxido de nitrogênio. (Nota da *IHU On-Line*)

¹⁰ Sobre o tema, a *IHU On-Line* nº 216, de 23 de abril de 2007, produziu a revista *O trabalho no capitalismo contemporâneo. A nova grande transformação e a mutação do trabalho*. O material está disponível no sítio do IHU (www.unisinos.br/ihu). (Nota da *IHU On-Line*).

energias renováveis e menos poluentes, mas precisam ter regras, definições.

***IHU On-Line* - Com a escassez de recursos naturais no mundo, o Brasil se torna bastante visado pelo capitalismo mundial. Assim, muitos países buscarão financiar a produção de álcool e óleo diesel no Brasil. Como se dará essa relação de interesses nos próximos anos? O Brasil acabará vendendo sua matéria-prima, tendo que comprar produtos (combustíveis) de outros países?**

Washington Novaes - A relação de interesses se dará na forma que nós formos competentes para fazer. Se formos competentes, estabeleceremos regras que não sejam prejudiciais para o País, caso contrário, isso poderá trazer muitos prejuízos. É preciso estabelecer regras também para a ocupação de terras. É fundamental que fique definido quais as áreas que precisam ser preservadas e as que podem ser ocupadas com plantação. Agora, tudo isso vai depender de como o Brasil irá estabelecer essas regras. No momento, o País não está estabelecendo regra nenhuma.

Se continuarmos nesse caminho, o Brasil pode seguir no que ele vem fazendo há 500 anos, que é exportar produtos primários a baixo custo, sem nenhuma remuneração pelos custos sociais e ambientais dessa produção, o que já acontece. E, enquanto isso, paga fortunas pelos produtos importados, porque é no exterior que os preços são determinados, tanto no que vendemos e compramos, seguindo-se regras que favorecem os países do Primeiro Mundo.

***IHU On-Line* - O senhor acha que o capitalismo internacional reserva para a América Latina o papel de se tornar um campo de plantio da agricultura para a geração de energia¹¹? Se não ocorrerem mudanças**

¹¹ Sobre o tema, a *IHU On-Line* entrevistou José Comblin, que defende essa teoria. A entrevista é intitulada *As oligarquias controlam*

drásticas, o Brasil poderá ficar estagnado tanto no desenvolvimento industrial quanto na agricultura?

Washington Novaes - Não sei se é esse o projeto do capitalismo internacional, mas se for nós temos que ter competência para estabelecer as regras e cuidar dos nossos interesses. O País até pode ter índices de crescimento econômico, mas isso não significa que ele vá resolver os seus problemas. Nós estamos tendo o crescimento econômico e, ao mesmo tempo, resolvendo muito pouco os problemas de pobreza, de violência, de concentração urbana. E nós deveríamos pensar num novo modelo que colocasse no centro da nossa estratégia a questão dos serviços e dos recursos naturais. Esses são os fatores escassos no mundo, e assim, nós deveríamos trabalhar para valorizar tais elementos.

IHU On-Line - Que estratégias o senhor aponta para avançarmos na discussão em torno das políticas que comandam a área de recursos e serviços naturais?

Washington Novaes - Seria preciso que o Governo Federal tivesse uma política voltada para isso, que promovesse debates, que levasse essa questão para todas as áreas do governo e que cada área fosse obrigada a seguir as mesmas regras. Hoje, nós temos o Ministério do Meio Ambiente falando em transversalidade da questão ambiental¹², mas isso é apenas um discurso do Ministério. Onde essa transversalidade chega na agricultura brasileira? Onde ela chega nos transportes e em outras áreas? É preciso passar do discurso à prática, fazendo disso uma estratégia governamental.

a democracia na América Latina. Esta é a questão central, foi publicada em 24-7-2007 e está disponível na página IHU (www.unisinos.br/ihu). (Nota da *IHU On-Line*)

¹² A análise de conjuntura desta semana, uma releitura das *Notícias do Dia* realizada pelo IHU e pelo Cepat, aborda a questão energética na América Latina. O material publicado em 12-9-2007 está disponível no sítio do IHU (www.unisinos.br/ihu). (Nota da *IHU On-Line*)

Construção de PCHs não substitui hidrelétricas

ENTREVISTA COM GERALDO LUCIO TIAGO FILHO

Para o professor Geraldo Lucio Tiago Filho, da Universidade Federal de Itajubá, em Minas Gerais, um País como o Brasil, que possui o terceiro maior potencial hídrico no mundo, cerca de 260.000 MW, sempre precisará construir grandes centrais hidrelétricas. Em entrevista por e-mail, à IHU On-Line, ele explica que as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) podem contribuir para o problema energético do País, mas ressalta, que embora sejam construídas todas as PCHs que estão em andamento, “teríamos em torno de 2.500MW, potência inferior à centrais do rio Madeira”. Assim, ele destaca que outras fontes renováveis atuaram de forma complementar na matriz energética nacional.

Para o futuro, o professor propõe um modelo energético centralizado em cada residência, na qual os moradores se transformariam em geradores independentes. Para viabilizar esse projeto, são necessárias leis adequadas e, principalmente, a “consciência ecológica do consumidor”.

Geraldo Lucio Tiago Filho é graduado e mestre em Engenharia Mecânica, pela Universidade Federal de Itajubá. cursou o doutorado na Universidade de São Paulo (USP), formando-se em Engenharia Mecânica. Possui especialização nas áreas de PCHs e em planejamento e economia em energia e meio ambiente.

IHU On-Line - Um setor energético baseado, principalmente, em hidrelétricas é capaz de alcançar o desenvolvimento sustentável?

Geraldo Lucio Tiago Filho - Não. Pois se um país ficasse dependente de apenas uma fonte de energia estaria sujeito às variações de disponibilidade dessa fonte, principalmente como é o caso da energia de origem hídrica, na qual o regime de chuvas pode apresentar grandes variações. Por isso, é recomendável compor a matriz energética com diferentes fontes de energia.

IHU On-Line - Que medidas o senhor aponta para alcançar equilíbrio entre processo tecnológico,

competitividade, inclusão social e sustentabilidade, na matriz energética brasileira?

Geraldo Lucio Tiago Filho - A inclusão social se dá à medida que estabeleça o atendimento do serviço de energia elétrica às comunidades mais carentes e, principalmente, a comunidades isoladas.

A energia elétrica é, por si só, um vetor de desenvolvimento e de melhoria da qualidade de vida e de fixação do homem em seu ambiente de origem. O processo tecnológico é consequência do desenvolvimento tecnológico que, por sua vez, se deve à melhoria da qualidade no ensino e dos serviços essenciais, tais como saneamento, comunicações e transporte. Para todos esses agentes, o fornecimento de energia elétrica é

essencial.

A sustentabilidade da matriz de energia elétrica se dá em função do uso de fontes renováveis de energia e do uso parcimonioso das fontes fósseis e do uso racional da energia disponibilizada. Tudo depende de desenvolvimento tecnológico, da educação e da disponibilização da informação.

***IHU On-Line* - Como o senhor avalia os investimentos do PAC, destinados à construção das novas hidrelétricas?**

Geraldo Lucio Tiago Filho - É um sinal claro do Governo Federal em promover e proporcionar meios para que o mercado de geração de energia elétrica se estabeleça de vez no Brasil. Mostra que as regras estabelecidas serão duradouras, trazendo tranquilidade ao investidor.

***IHU On-Line* - Seis hidrelétricas já tiveram o financiamento aprovado pelo BNDES: Castro Alves, 14 de Julho, São Salvador, Salto do Pilão, Foz do Chapecó e Corumbá III. Como o senhor percebe essas construções? Elas realmente são necessárias?**

Geraldo Lucio Tiago Filho - No Brasil, sempre será necessária a construção de grandes centrais hidrelétricas. Um país que conta com o terceiro maior potencial hídrico no mundo, em torno de 260.000 MW, seria um contra-senso se não fosse lançado mão do mesmo.

O país deverá crescer a uma taxa de 5% ao ano, o que demanda um crescimento no fornecimento de energia elétrica em torno de 4% ao ano. Tendo um potencial disponível como esse, a opção natural é utilizá-lo. Se não fosse utilizado, que outras opções teríamos: petróleo? Somos auto-suficientes, porém quase todos derivados do petróleo estão dirigidos ao transporte. Nuclear? Essa pode ser uma opção para um futuro próximo. Carvão? Somos pobres e com carvão de baixa qualidade. Outras

fontes renováveis de energia como biomassa, PCHs, eólica e outras? As fontes renováveis não convencionais de energia sempre terão uma participação marginal na matriz energética de qualquer país.

***IHU On-Line* - Com o dinheiro que será investido nessas hidrelétricas, seria possível investir em energias renováveis? O senhor pode traçar um paralelo financeiro de ambas fontes energéticas?**

Geraldo Lucio Tiago Filho - Sim. No entanto, o custo das energias renováveis não convencional sempre terá um custo mais alto do que os das convencionais. Aqui, vale lembrar que as grandes hidrelétricas também são fontes renováveis de energia. Também vale lembrar que o País detém todo o domínio tecnológico na construção e fabricação de componentes das centrais hidrelétricas. Além de suprir o País de uma forma limpa de energia, a construção de hidrelétricas é um grande alavancador de empregos e de riqueza no nosso País.

***IHU On-Line* - Consideradas em uma totalidade, as PCHs com projeto em andamento têm potencial para gerar a mesma energia que as hidrelétricas do Madeira?**

Geraldo Lucio Tiago Filho - O potencial de PCHs ora em construção no País remonta em torno de 1.400 MW, com autorização da Aneel¹³ e com licença de instalação, portanto prontas para serem construídas. Também existem outros 1.100 MW. Ou seja, se forem construídas toda as PCHs ora em condições teríamos em torno de 2.500 MW, potência inferior a centrais do Rio Madeira.

¹³ Aneel: Agência Nacional de Energia Elétrica. Autarquia em regime especial, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME -, tem como atribuições regular e fiscalizar a geração, a transmissão, a distribuição e a comercialização da energia elétrica; mediar os conflitos de interesses entre os agentes do setor elétrico e entre estes e os consumidores; conceder, permitir e autorizar instalações e serviços de energia; garantir tarifas justas entre outros tópicos. Para maiores informações, consulte www.aneel.gov.br. (Nota da *IHU On-Line*)

Embora o potencial de PCHs hoje conhecido no Brasil seja em torno de 10.500 MW, e o total estimado me torno de 26.000 MW, o mercado de PCHs é diferente do das grandes centrais hidrelétrica. As PCHs e as outras fontes renováveis não convencionais, sempre serão complementares aos das grandes centrais.

IHU On-Line - A construção dessas PCHs poderia auxiliar no problema energético brasileiro? Por que a liberação para a construção de PCHs é tão demorada?

Geraldo Lucio Tiago Filho - Sim. A construção das PCHs faz parte da solução no atendimento de energia elétrica no País. A demora na “liberação” das PCHs se dá por diferentes fatores. Um deles é que muitos dos empreendedores que já detêm a autorização para construção ainda não conseguem estabelecer uma estrutura empresarial sólida o suficiente para alavancar os financiamentos. Muitos são aventureiros, que viram na obtenção da autorização uma oportunidade de negócio. Eles não estão interessados em construí-las e sim em negociar suas autorizações. Outras razões se devem ao licenciamento ambiental, pois alguns projetos não tendem as especificidades das leis estaduais, que variam de estado a estado.

IHU On-Line - Com a regulamentação das cooperativas de eletrificação rural como permissionárias de serviço público de energia, a construção das PCHs tende a ser agilizada?

Geraldo Lucio Tiago Filho - Não necessariamente, pois essas empresas compram energia das geradoras a preços bastante vantajosos o que inibe o interesse das cooperativas na construção de PCHs.

IHU On-Line - É possível pensarmos em um modelo energético futuro, em que cada residência tenha sua

própria central de energia? Essa proposta poderá ser viabilizada algum dia, e com sucesso?

Geraldo Lucio Tiago Filho - Sim, e com sucesso. Eu chamaria isso de “universalização da geração”. Porém, não seria possível em “todas” as casas, pois dependeriam do tipo de fonte possível de ser explorada na residência. Nesse caso, para as áreas urbanas as fontes que melhor se adaptariam seriam a solar e a eólica. Já na área rural seriam as fontes possíveis de serem utilizadas, como a solar, a biomassa, a eólica, e a micro PCH.

Não há problemas técnicos, pois a tecnologia para tanto já existe é de conhecimento do setor. O que moveria um projeto desses seria a consciência ecológica do consumidor.

O único problema é legal. Deverá haver uma lei que desse direito a qualquer gerador independente que utilizasse energia renovável, com pequenas potências, em interligar na rede. Seria obrigatório que o sistema de geração seja provido de sistemas de proteção de forma a não incorrer em riscos técnicos e à segurança da linha de transmissão. O usuário/gerador poderia vender o excedente de energia.

O balanço seria feito através de dois medidores: um marcaria quantidade de energia consumida na casa, e o outro mediria a quantidade de energia entregue pelo sistema à linha de transmissão de energia elétrica. Se houver um saldo positivo para o usuário/gerador, esse receberia pela energia entregue à concessionária uma tarifa intermediária entre a de geração e a de distribuição, de forma a incentivar o autogerador. A compra do excedente energético, pela concessionária de distribuição de energia elétrica, seria compulsória. Porém, tudo isso ainda é muito utópico! Há algumas experiências incipientes na Europa, mas ainda nada que possa ser considerado como modelo.

Biodiesel: uma alternativa para a matriz energética?

ENTREVISTA COM JUAN ALGORTA PLÁ

Um projeto energético adequado para o Rio Grande do Sul requer novos cultivadores adaptados às condições ecológicas do Estado. Essa é a opinião de Juan Algorta Plá, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em entrevista feita por e-mail à IHU On-Line. Ele explica que alimentos como a mandioca e a batata doce poderão ser promessas para a produção de álcool no futuro. De acordo com Plá, essas medidas irão contribuir para “elevar a renda no meio rural e para preservar a qualidade do meio ambiente”. Mas o professor ressalta que o “aproveitamento destas matérias-primas alternativas requer pesquisas tecnológicas”.

Juan Algorta Plá é graduado em Agronomia, pela Universidad de La Republica, no Uruguai, mestre em Economia Agrícola, pela University of Wisconsin - Madison, EUA, e doutor em Economia, pela UFRGS, onde atualmente leciona. É autor de inúmeros artigos e trabalhos técnicos.

IHU On-Line - Que fatores levaram à construção do projeto biodiesel Brasil?

Juan Algorta Plá - O encarecimento do petróleo no mercado mundial é visto como conseqüência do esgotamento das reservas naturais, assim como das exigências dos países produtores, organizados no cartel da OPEP. Esses eventos estimularam a busca de novas fontes de energia no mundo todo. A produção de gases do efeito estufa, junto a outros poluentes, por parte dos derivados do petróleo, vem despertando cada vez maiores receios. A longa tradição na produção de cana-de-açúcar no Brasil, junto à disponibilidade de terras e clima favorável, estimularam o desenvolvimento de programas de produção de biocombustíveis, inicialmente o etanol e, mais recentemente, o biodiesel.

IHU On-Line - Quais são as potencialidades vislumbradas para o País, com a introdução do biodiesel na matriz energética?

Juan Algorta Plá - O biodiesel é um combustível obtido a partir da combinação de óleos ou gorduras (de origem vegetal ou animal) com um álcool (etílico ou metílico) e deve ter a mesma qualidade, independentemente da matéria-prima usada. Esse combustível possui elevado conteúdo energético e, quando respeitadas as especificações de fabricação e de uso, ele tem vantagens em relação ao diesel tradicional (ele causa menor desgaste nos motores).

A produção de biodiesel poderia aproveitar parte do óleo vegetal que o País vem exportando. A utilização do biodiesel se vê facilitada porque ele pode ser misturado com o diesel de petróleo em qualquer proporção, sem causar inconvenientes ao funcionamento dos motores, o que facilita a sua introdução na matriz energética.

IHU On-Line - O biodiesel pode ser considerado um subsídio energético capaz de manter a energia em grande escala, substituindo os derivados de petróleo?

Juan Algorta Plá - O biodiesel vem sendo adicionado ao óleo diesel na proporção de 2%, em forma obrigatória, de acordo com a Lei 11097/05, sendo que, a partir de 2013, a obrigatoriedade aumentará para 5%. Pensa-se que, no futuro, a utilização de biodiesel possa alcançar níveis de participação maiores. A limitação para a produção de biodiesel está na disponibilidade de óleo e de álcool, que no Brasil é muito grande.

IHU On-Line - O que a inserção do biodiesel representa nos âmbitos econômico e ambiental?

Juan Algorta Plá - A utilização do biodiesel permitirá poupar importantes volumes de divisas que o Brasil atualmente gasta na importação de diesel. O biodiesel permitirá, também, evitar em parte, a elevada carga de poluentes que vem sendo lançada na atmosfera, pela combustão de derivados do petróleo, como os gases do efeito estufa, como o CO₂, já que ele é oriundo de processos de fotossíntese, que absorvem gás carbônico da atmosfera. O biodiesel dará ao Brasil maior capacidade de barganha nas negociações internacionais, já que ele é de origem totalmente nacional. O biodiesel contribuirá para gerar renda nas áreas deprimidas do interior, melhorando o bem-estar dos agricultores.

IHU On-Line - O senhor apresentou várias vantagens à utilização de biodiesel na matriz energética brasileira. Isso quer dizer que essa matéria-prima não causará problemas ao meio ambiente?

Juan Algorta Plá - O biodiesel ajudará a contornar problemas graves que derivam do uso extensivo do petróleo. A princípio, o uso do biodiesel não deverá trazer problemas. No entanto, é necessário permanecer atento para o adequado gerenciamento do programa, de forma a contornar dificuldades que possam se apresentar.

IHU On-Line - A produção de biodiesel poderá afetar a agricultura familiar, originando a monocultura de, por exemplo, cana-de-açúcar, mamona e eucalipto? Que impactos socioeconômicos essa atitude causará, caso venha a ocorrer?

Juan Algorta Plá - A expansão das culturas energéticas deverá ser conduzida com o cuidado de evitar as monoculturas, através da implementação de adequados sistemas de rotação de culturas, tecnicamente corretos e socialmente equilibrados. O grão de soja dá origem a óleo de soja e ao farelo, que é fonte de proteínas para as rações de suínos e aves. A produção de biodiesel é realizada a partir do óleo, liberando o farelo para produzir as rações. Assim, o biodiesel deverá contribuir para gerar mais alimentos melhorando o bem-estar da população. Ele pode ser produzido em pequena escala, o que permite que as cooperativas de agricultores possam produzir seu próprio combustível a partir de matérias-primas locais, assim evitando elevadas despesas com seu frete.

IHU On-Line - O biodiesel pode ser inserido de forma auto-sustentável na matriz energética brasileira?

Juan Algorta Plá - Isto, de fato, já vem sendo feito. Os óleos vegetais, que se destinam à exportação, freqüentemente encontram mercados mundiais deprimidos e fortemente protegidos. Esses óleos poderiam ser utilizados, com vantagem, na produção doméstica de combustíveis. O álcool também poderá ser exportado ou aproveitado no País.

IHU On-Line - As novas normas do Programa Gaúcho de PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas), estipuladas pelo Comitê Estadual de Energia, buscarão diversificar a matriz energética do Estado, ampliando o percentual de biomassa, etanol e energia eólica. Esse modelo irá garantir o desenvolvimento sustentável a longo prazo para o Estado?

Juan Algorta Plá - A sustentabilidade dos programas de produção de biocombustíveis está associada com a introdução de novas espécies oleaginosas de alto rendimento, como o girassol, a mamona e outras, assim como com o aproveitamento de gorduras de origem animal (sebo, banha e óleo de peixe). Este programa vem se mostrando como altamente conveniente do ponto de vista econômico, político e ambiental.

IHU On-Line - Mas essa proposta irá garantir a sustentabilidade energética ao Estado, tendo em vista que 60% da energia gaúcha é importada?

Juan Algorta Plá - O nosso Estado tem condições de produzir combustíveis em larga escala, tornando-se um exportador de álcool e biodiesel.

IHU On-Line - Qual seria o projeto de desenvolvimento energético adequado ao Rio Grande do Sul?

Juan Algorta Plá - O álcool, apesar de incipiente, já é uma realidade no Rio Grande do Sul. A expansão da produção de cana-de-açúcar, visando à produção de álcool, já está acontecendo (especialmente na região das Missões). Será necessário, no entanto, desenvolver novos cultivares adaptados às condições ecológicas do Rio Grande do Sul. Fontes alternativas para a produção de álcool, como a mandioca ou a batata doce, constituem ainda promessas para o futuro. Outra possibilidade que vem sendo cogitada é o aproveitamento da folha da cana

e do bagaço para, através de processos de hidrólise, produzir etanol (o que duplicaria a quantidade de etanol produzida por hectare). O aproveitamento destas matérias-primas alternativas requer, no entanto, de novas pesquisas tecnológicas.

O biodiesel já vem sendo produzido no Rio Grande do Sul (fábricas em Veranópolis e em Passo Fundo), esperando-se a instalação de novas unidades fabris para os próximos meses. A expansão e a diversificação da produção de oleaginosas é uma perspectiva quase certa para o futuro, que deverá contribuir para elevar a renda no meio rural e para preservar a qualidade do meio ambiente.

IHU On-Line - A utilização de alimentos para a produção de álcool poderá gerar, por um lado, mais renda para os agricultores e qualidade ao meio ambiente. Mas, por outro lado, poderá encarecer os alimentos, trazendo desvantagens para o consumidor final?

Juan Algorta Plá - O consumidor final deverá resultar favorecido, já que a matéria-prima para os biocombustíveis são o álcool e os óleos, que se produzem atualmente em quantidades excedentes, destinando-se à exportação, enquanto que os alimentos consumidos pela população, como a carne de frango ou de suíno, deverão ficar mais abundantes e baratos pela maior disponibilidade de farelo, que acompanhará a produção de biocombustíveis.

Faltam políticas públicas para eficiência energética e fontes renováveis

ENTREVISTA COM GILBERTO DE MARTINO JANNUZZI

“O Brasil, especialmente em algumas fontes, tem toda a capacidade de inovar e ter um papel importante no panorama internacional, competitivamente”, disse o matemático Gilberto de Martino Jannuzzi, na entrevista que concedeu por telefone, nesta semana, à IHU On-Line. Docente na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), na Faculdade de Engenharia Mecânica, Departamento de Energia, ele acredita que prospecção tecnológica é algo importante para o futuro e “não podemos perder essa chance de jeito nenhum”.

*Jannuzzi é graduado em Matemática pela Unicamp e doutor em Energy Studies, pela Universidade de Cambridge, Inglaterra, com a tese *The structure and development of the personal demand for fuels and electricity in Brazil*. É pós-doutor, pela Universidade da Califórnia, EUA, pelo UNEP Collaborating Centre on Energy and Environment/Risoe Nat. Laboratory, UNEP CENTRE EE, Dinamarca, e pelo Lawrence Berkeley National Laboratory (LBNL), também nos EUA. Livre docente pela Unicamp, é autor de inúmeros artigos técnicos e das seguintes obras, escritas em parceria com outros pesquisadores: *Introdução ao estudo do planejamento de sistemas energéticos (Campinas: Unicamp, 1994)*; *Tools and methods for Integrated Resources Planning: improving energy Efficiency and protecting the environment (Rolskilde, Dinamarca: UNPE Collaborating Centre on energy and environmet, 1997)*; *Planejamento integrado de recursos energéticos: meio ambiente, conservação de energia e fontes renováveis (Campinas: Autores Associados, 1997)*; e *Prospecção tecnológica em energia (Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2005)*. De sua autoria individual, destacamos: *Políticas públicas para eficiência energética e energia renovável no novo contexto de mercado: uma análise da experiência recente dos EUA e do Brasil (Campinas: Editora Autores Associados, 2000)*.*

IHU On-Line - O que significa a opção do Brasil pelo sistema energético de hidrelétricas?

Gilberto Jannuzzi - É uma opção natural e razoável para um país que tem o potencial que tem. Não é nada surpreendente. Países que têm uma reserva grande, como Brasil, Noruega e Canadá, possuem uma participação correspondente na sua matriz de produção de eletricidade.

IHU On-Line - Quais são os limites do sistema hidrelétrico atual?

Gilberto Jannuzzi - Os limites sempre são ditados pela capacidade que um país tem de produzir a energia de maneira economicamente atraente. É uma combinação da distância dessas reservas de hidroeletricidade e dos centros de consumo, em comparação com as outras fontes de geração de energia elétrica.

IHU On-Line - E, hoje no Brasil, o senhor vê algum tipo de limite desse gênero?

Gilberto Jannuzzi - Já começamos a enfrentar limites no que se refere aos custos. Os empreendimentos começam a ficar mais caros, já ficam mais distantes do centro de consumo, e essa é uma razão que os encarece. Esses empreendimentos começam a ter que incorporar novas exigências que, no passado, eram menos levadas em conta, especificamente a questão ambiental e de deslocamento da população. Esses são os limitantes que vão começar a agravar o processo da participação da hidroeletricidade na matriz brasileira.

IHU On-Line - O sistema hidrelétrico, estruturado para projetar energia em grande escala, poderá se tornar ultrapassado?

Gilberto Jannuzzi - Há várias maneiras de produzir eletricidade. Usamos a hidroeletricidade, mas também aqui no Brasil se usa a energia nuclear e de termoelétricas. O que vai começar a acontecer é uma

diversificação das maneiras de produzir eletricidade. Teremos crescentemente a participação de outras fontes, inclusive de energia eólica, que aí no sul começa a ser importante.

IHU On-Line - Que modelo de planejamento energético deveria ser adotado no Brasil, para garantir a distribuição de energia no futuro?

Gilberto Jannuzzi - Aqui na Unicamp, temos trabalhado bastante dentro de um conceito que chamamos de planejamento integrado de recursos energéticos. E entendemos que faz parte do processo de planejamento não ficar apenas preocupado com a oferta de energia, mas também olhar a maneira como estamos consumindo energia, se não podemos também evitar desperdícios, investir em maneiras mais eficientes de consumir eletricidade e todos os combustíveis. Por isso, é importante integrar as opções de oferta e demanda.

IHU On-Line - Como o Brasil pode reformular a estrutura de produção e consumo de energia, e ao mesmo tempo, controlar o crescimento de emissão de gases estufa?

Gilberto Jannuzzi - Nós realizamos um estudo específico para eletricidade, no ano passado, para a WWF, onde fizemos esse tipo de hipótese. E sugerimos maneiras de estabilizar o nível de emissões, mas continuar atendendo a população com os serviços de eletricidade. O estudo trabalha muito a questão da eficiência energética, que nós podemos melhorar bastante e também analisa uma maior participação de fontes renováveis. Essa é a estratégia possível para estabilizar as emissões do setor.

IHU On-Line - Qual é a importância de pensar numa prospecção tecnológica ampla para a área de energia?

Gilberto Jannuzzi - Isso é fundamental. O Brasil, especialmente em algumas fontes, tem toda a

capacidade de inovar e ter um papel importante no panorama internacional, competitivamente. A biomassa é um dos elementos em que temos vantagens comparativas, recursos e capacidade intelectual, mesmo do setor industrial, de desenvolver tecnologias de ponta, que possam ser utilizadas em muitos outros lugares pelo mundo afora. A prospecção tecnológica é algo importante para o futuro e não podemos perder essa chance de jeito nenhum.

IHU On-Line - Que medidas devem ser tomadas para criar uma matriz energética limpa?

Gilberto Jannuzzi - No estudo que fizemos para a WWF, elencamos nove medidas que ajudariam a ter uma matriz mais limpa, tentando reverter, no caso da eletricidade, o aumento da participação de fontes fósseis e o aumento das emissões. Naquele estudo, há detalhes dessas sugestões para tornar nossa matriz de eletricidade mais limpa. Tudo passa por uma necessidade de tornarmos a nossa estrutura de consumo muito mais eficiente do que ela é hoje, e também de um esforço forte para viabilizar uma maior escala na utilização de fontes renováveis que não a hidroeletricidade de grande porte.

IHU On-Line - Se existem opções energéticas para o Brasil, com grande potencial de uso como a eólica, a solar ou a de biomassa, por que a demora em investir nessas alternativas?

Gilberto Jannuzzi - Existem várias dificuldades. Essas alternativas têm também vários problemas, que é importante serem considerados. Um deles é que são fontes de energia mais caras. Outro problema é o da nossa escala de consumo, com grandes exigências de energia. E essas fontes são descentralizadas, de pequeno porte, não são constantes, ou seja, não duram o ano

inteiro. Elas têm uma série de dificuldades, e não poderíamos estar somente dependendo delas. O que temos que fazer é saber usar todas essas fontes. Todas elas podem ter um papel importante. No entanto, nossos planejadores não têm sido muito criativos. São preferidas fontes convencionais, porque o planejamento do País ainda privilegia essas soluções. Também não podemos negar que existem grandes interesses, já mobilizados, em favor das fontes convencionais e existe maior dificuldade de mobilização desses mesmos interesses econômicos e políticos em favor das fontes renováveis. Esse é um outro fator importante. Não é só uma questão técnica nem econômica, mas também envolve a participação de agentes que têm maior interesse na solução tecnológica convencional.

IHU On-Line - Que relações o senhor estabelece entre a eficiência energética brasileira e a americana, no livro *Políticas públicas para eficiência energética e energia renovável no novo contexto de mercado: uma análise da experiência recente dos EUA e do Brasil?*

Gilberto Jannuzzi - No caso dos Estados Unidos, durante muito tempo, eles tiveram um papel bastante inovador, exatamente concebendo essas políticas e criando um mercado. Eles tiveram grandes oportunidades, grandes experimentos, criando um mercado para fontes renováveis e eficiência energética. Nessa Era Bush, muito foi erodido, mas conseguimos ver novamente um papel importante dessas políticas públicas em vários estados, na Califórnia, por exemplo, e a questão ambiental sendo o pano de fundo para essas mudanças. No Brasil, ainda não temos nada nessa escala. Não temos uma política pública para a eficiência energética e não temos uma política pública para fontes renováveis ainda. Essa é uma grande diferença que nós ainda guardamos em relação aos Estados Unidos.

Novos potenciais para a matriz energética

ENTREVISTA COM RICARDO BAITELO

Apostar em energia eólica, solar e nos biocombustíveis é fundamental para acrescentar alternativas de potencial energético, “evitando futuros impactos que novos empreendimentos hidrelétricos de grande escala possam provocar”. A opinião é do engenheiro Ricardo Baitelo, coordenador da campanha de energia do Greenpeace Brasil. Para que aumente o percentual de energias renováveis na matriz energética nacional, Baitelo afirma que “é necessário um novo marco legal no País, evoluindo da escala piloto atual (Proinfa) para uma lei com metas mais ousadas, que estabeleça outros parâmetros para a formação de preços de fontes energéticas”.

Ricardo Baitelo é graduado em Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Na mesma universidade, concluiu o mestrado na área de eficiência energética.

*Baitelo já foi entrevistado pela IHU On-Line, em 4-6-2007. A entrevista *Revolução energética*. A proposta do Greenpeace está disponível no sítio do IHU (www.unisinos.br/ihu). Confira outras declarações na entrevista a seguir, realizada por e-mail.*

IHU On-Line - O governo brasileiro optou pela construção da usina nuclear Angra III, e os investimentos em outras fontes energéticas ficaram de lado. O que essa atitude representará para o Brasil no futuro?

Ricardo Baitelo - A construção de Angra III sinaliza a retomada do programa nuclear brasileiro e a opção por uma forma de geração energética cara, poluente e extremamente perigosa em oposição a investimentos em energias e tecnologias renováveis muito mais baratas e promissoras.

IHU On-Line - O que significaria e representariam a construção de quatro usinas nucleares no Brasil, até 2030?

Ricardo Baitelo - Representaria um enorme dispêndio de investimentos e o acúmulo de grande quantidade de resíduos radioativos, que até agora não tem destino em nenhum tipo de depósito permanente no Brasil.

IHU On-Line - Qual é o modelo de matriz energética que garantirá o desenvolvimento a longo prazo para o país e a segurança energética?

Ricardo Baitelo - Um modelo, de acordo com o nosso relatório [r]evolução energética, que aposta nas tecnologias eólica e solar, na próxima geração de biocombustíveis pela via celulósica (que não implicarão nos impactos ambientais e sociais atualmente presentes) e, principalmente, na eficiência energética como ferramenta fundamental para o melhor gerenciamento

(incluindo transmissão e uso final) da energia já gerada atualmente.

IHU On-Line - Fontes alternativas para compor a matriz energética brasileira irão superar a economia das usinas hidrelétricas?

Ricardo Baitelo - A idéia das alternativas não é de substituir a geração hidrelétrica preponderante no sistema nacional, mas sim de acrescentar alternativas de potencial energético, evitando futuros impactos que novos empreendimentos hidrelétricos de grande escala possam provocar. Os mercados de energia eólica e solar vêm apresentando crescimentos anuais de até 30% e certamente contribuirão para o crescimento econômico nacional e para a geração de empregos.

IHU On-Line - Num país como o Brasil, onde o consumo de energia é muito elevado, inovações como energia eólica e solares serão eficientes?

Ricardo Baitelo - Estas energias são eficientes, considerando seu enorme potencial em território nacional e sua aplicação. A energia eólica pode complementar a geração hidrelétrica nos períodos secos, e a energia solar tem uma função importantíssima no atendimento a comunidades isoladas do sistema elétrico.

IHU On-Line - Que vantagens a energia descentralizada poderá gerar para a sociedade? Essa possibilidade fará parte do futuro brasileiro?

Ricardo Baitelo - A energia descentralizada tem a grande vantagem de trazer energia a locais onde a chegada da rede elétrica é técnica e/ou economicamente inviável e reduz consideravelmente as perdas de transmissão de energia, ao gerar eletricidade mais perto do local de uso.

IHU On-Line - O que a quarta edição do relatório Geração Solar, lançado pelo Greenpeace e a Associação

da Indústria Fotovoltaica Européia (AIFE), propõe para aumentar a utilização de energia solar?

Ricardo Baitelo - O relatório conclama os governos a investirem em energia fotovoltaica¹⁴ através de programas que considerem a adoção de tarifas *feed-in*, que garantam um preço fixo e subsidiado à energia solar disponibilizada à rede elétrica. Este tipo de mecanismo tem sido decisivo para o desenvolvimento do mercado solar, que hoje movimenta mais de 9 bilhões de euros no mundo e pode movimentar até 300 bilhões de euros em 2030.

IHU On-Line - Um dos slogans da revolução energética diz que, para prevenir as mudanças climáticas, precisamos de uma revolução na política energética e uma evolução na maneira como usamos a energia. Que mudanças o Greenpeace propõe para mudar a política energética?

Ricardo Baitelo - O Greenpeace propõe, como medidas principais, a eliminação gradual de subsídios às fontes mais poluentes de energia, como carvão, diesel e energia nuclear e a internalização de seus impactos socioambientais; a definição de metas obrigatórias de participação de energias renováveis na matriz elétrica brasileira; a garantia de acesso prioritário a essas energias na matriz e retorno definido para os investidores destes setores; o estabelecimento de padrões mais rigorosos de eficiência energética e metas mais ambiciosas para programas governamentais de eficiência energética, uso racional e combate ao desperdício.

Para que as novas fontes renováveis tenham uma maior representatividade na matriz elétrica nacional, é necessário um novo marco legal no país, evoluindo da

¹⁴ Energia fotovoltaica: energia elétrica gerada pela transformação da energia luminosa do Sol, ou de outra fonte de luz. O processo de conversão é realizado pelas células fotoelétricas ou fotovoltaicas. (Nota da IHU On-Line)

escala piloto atual (Proinfa) para uma lei com metas mais ousadas, que estabeleça outros parâmetros para a

formação de preços de fontes energéticas.

Hidrelétricas: “Não há fonte alternativa que vença essa opção”

ENTREVISTA COM ROBERTO D'ARAUJO

As hidroelétricas são convenientes, pois duram muito tempo e conseguem gerar energia todos os dias, afirma Roberto D'Araujo. “Há exemplos de hidroelétricas construídas na década de 20, do século passado e que geram energia do mesmo modo quando foram inauguradas”. Apesar das críticas, ele ressalta que “a energia hidroelétrica é a energia renovável de grande escala no mundo”.

Sobre a maior inclusão de energias renováveis na matriz energética brasileira, D'Araujo diz que “há um romantismo na questão”. Para ele, essas fontes não “geram energia de forma permanente”. E destaca que qualquer fonte energética polui, até mesmo a energia solar. Essas e outras declarações foram concedidas à IHU On-Line, por e-mail.

Roberto D'Araujo é engenheiro eletricista, mestre em Engenharia de Sistemas e Controles, formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). D'Araujo foi chefe do Departamento de Estudos Energéticos e de Mercados Furnas Centrais Elétricas, e diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Elétrico, entre 1999 e 2004. Atualmente, é professor no MBA da COPPE área de Petróleo e do IUPERJ Escola de Políticas Públicas.

IHU On-Line - O senhor fala que o Brasil pode ser a maior potência hidrelétrica do mundo. Que vantagens essa atitude traz para o País?

Roberto D'Araujo - Segundo dados da F.A.O. (Food and Agriculture Organization of the United Nations - Review of World Water Resources by Country, Rome, 2003), o Brasil possui 18% dos recursos hídricos do planeta. Mesmo se descontarmos o Rio Amazonas, que nasce fora do território nacional, o Brasil tem 12%. A Rússia é a segunda colocada. Cerca de 60% do volume de água que

correm nos rios estão concentrados em apenas 10 países. Se energia hidráulica fosse petróleo, nós seríamos os árabes.

A vantagem é que, apesar das críticas, a energia hidroelétrica é a energia renovável de grande escala no mundo.

O que os críticos não consideram é que hidráulicas duram muito tempo. No Brasil, sem falar nas pequenas usinas, há exemplos de hidroelétricas construídas na década de vinte do século passado e que geram energia

do mesmo modo quando foram inauguradas. São 90 anos gerando energia todos os dias. Portanto, sob o conceito de serviço pelo custo, o consumidor brasileiro já teria energia de diversas hidroelétricas totalmente amortizadas. O sistema mercantil, que associa um tempo máximo de concessão de 30 anos, não considera essa extensa vida útil. A privatização, feita principalmente para arrecadar recursos para abater a dívida pública, vendeu usinas sem considerar o que já tinha sido amortizado pelo consumidor. Foi essa mudança (não adotada no Canadá e Estados Unidos, por exemplo) que fez com que perdêssemos a indiscutível vantagem do nosso parque hidroelétrico.

IHU On-Line - O Brasil precisa de tantas hidrelétricas?

Roberto D'Araujo - Respondo com outra pergunta. O Brasil precisa de mais energia elétrica? Para aqueles que acham que não precisa, essas 15 hidroelétricas do PAC não servem para nada. Para aqueles que acham que o País precisa produzir mais energia, a pergunta deve ser: se não forem hidroelétricas, quais são as opções? Penso que, antes de condenar as hidroelétricas, é preciso saber quais são as opções. Nada é melhor do que a conservação de energia e melhorar o rendimento no seu uso. Não há fonte alternativa que vença essa opção. Mas, se essa política não puder ser adotada, ou porque exige um altíssimo grau de envolvimento da própria população, ou porque exige do governo uma verdadeira política industrial, é bom se preparar para debater as opções.

IHU On-Line - Alguns especialistas afirmam que as hidrelétricas geram muita perda de energia. Mesmo assim, o governo investe e apóia a construção de hidrelétricas. Por que não se investe em outras fontes renováveis?

Roberto D'Araujo - Desconfiem de especialistas que afirmam isso. Energia Hidráulica nada mais é do que energia solar + gravidade. O ciclo hidrológico da terra,

que faz com que a água se evapore e forme nuvens que precipitarão chuvas sobre os continentes, é fruto da energia solar. A geração de eletricidade é simplesmente o aproveitamento da diferença de potencial de um volume d'água que está acima do nível do mar. O rendimento da transformação dessa energia é da ordem de 90%. A melhor das usinas térmicas, a gás, ciclo combinado, não conseguem atingir 60% de rendimento. Transmissão em alta voltagem perde no máximo 4%. As perdas reais estão nas redes de baixa tensão.

Há um romantismo sobre as outras fontes renováveis, a eólica, por exemplo. Contudo, basta refletir um pouco para perceber que esse tipo de fonte, por não gerar de forma permanente, exige um "backup", alguém tem que gerar quando não venta. Se o substituto for uma térmica, onde fica a renovabilidade?

IHU On-Line - Que condições ambientais devem ser impostas para as hidrelétricas?

Roberto D'Araujo - Qualquer fonte energética polui. Mesmo a energia solar, tão elogiada, polui por exigir a fabricação de materiais extremamente poluentes usados nos painéis solares.

Evidentemente, a construção de uma hidroelétrica causa problemas ambientais, que se não forem cuidados serão muito graves. Entretanto, há benefícios que não são computados. Por exemplo, a cidade de Cuiabá, antes da construção da usina de Manso, sofria de enchentes que, além de prejuízos materiais, matavam pessoas. Depois da construção da usina, o controle de cheias se tornou um subproduto da usina gratuito. Ninguém paga por esse serviço porque a tarifa é suficiente para custear essa vantagem. Compensações a estragos ambientais inevitáveis poderiam ser feitas desde que a usina não fosse considerada apenas uma fábrica de kWh. Infelizmente, o modelo que trata a energia apenas como uma mercadoria nos coloca esse dilema, agravando os conflitos nos projetos futuros. Não sei como serão

negociadas as mitigações em projetos cujo único interesse do investidor é a tarifa de energia.

IHU On-Line - O senhor já criticou o modelo no setor elétrico e defendeu que a Eletrobrás fosse a única compradora de energia. O senhor ainda defende essa idéia? Quais os argumentos que sustentam essa posição? Que vantagens essa medida traz para o consumidor?

Roberto D’Araujo - Em primeiro lugar é importante lembrar que defendi essa posição quando se estava discutindo as bases do modelo que iria substituir o que causou o racionamento de 2001. Hoje, seria fora de propósito defendê-la, dada a opção adotada pelo governo. Em minha opinião, o modelo atual é muito melhor do que o anterior. Mas, mesmo assim, posso explicar porque isso seria melhor para o consumidor.

Existem sistemas que se configuram como monopólios naturais, ou seja, têm características que fazem com que surjam ganhos de eficiência se forem explorados por uma única empresa. O sistema de geração-transmissão brasileiro é um deles. Tanto que, para implantar o sistema mercantil, foi preciso fazer uma complicadíssima adaptação. Por exemplo: uma usina no Sistema Inglês vende a sua própria energia. Ou seja, existe uma ligação perfeita entre produção e remuneração. No Brasil, uma usina não vende sua própria energia. Ela vende uma cota da produção total do sistema. A parcela que cabe a ela é calculada fazendo-se uma simulação de todo o sistema, com e sem a usina, para saber a influência que ela tem na produção total. Essa diferença não é o que ela gera. Pode ser gerada por outro. É estranho e complicado, mas verdade.

Foi impossível adaptar a concepção mercantil sem adotar um Operador Nacional que opera as usinas como se todas fossem de sua propriedade. As regras são rígidas e um dono de usina, que desobedeça a uma instrução do

ONS¹⁵, pode levar uma pesada multa. Ora, o que é o operador nacional senão o monopolista? E o que faz a CCEE, Câmara de Comercialização? Ela compra e repassa toda a energia às distribuidoras. Ou seja, faz o que a Eletrobrás poderia fazer na proposta desprezada. Além disso, quantos órgãos hoje são necessários para fazer a coordenação que era feita pela Eletrobrás? Isso não custa nada?

A grande diferença é que não apenas eu, mas um grupo de técnicos sugeriu que os investidores, donos das usinas, recebessem uma receita constante, como se fosse um aluguel ou um “leasing” de sua usina. Ou seja, a usina é dele, mas a água que gera a energia é do sistema. Isso eliminaria uma séria de absurdos que ocorreram no mercado de curto prazo e que seria difícil explicar em pouco espaço.

Monopólios naturais não devem ser desmontados, sob pena de se perder as vantagens inerentes a ele. Devem sim ser fortemente regulados para transferirem essas vantagens à sociedade. Essa seria a vantagem do consumidor.

IHU On-Line - Numa entrevista, o senhor disse que nós temos uma energia barata e questiona as preocupações com as fontes alternativas, pois elas encarecem o produto. Garantir energia mais barata é mais importante do que se preocupar com os impactos ambientais que essas fontes podem gerar?

Roberto D’Araujo - Eu devo ter dito que nós poderíamos ter energia barata. Hoje temos uma das mais caras do mundo! Quem tiver curiosidade procure o documento “Key World” na página da Agência

¹⁵ ONS: Operador Nacional do Sistema Elétrico. Entidade de direito privado, é responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN), sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Para maiores informações, consulte www.ons.org.br. (Nota da IHU On-Line)

Internacional de Energia (www.iea.org). Lá se encontram as tarifas residenciais e industriais dos países da OCDE. Depois, entrem na página da ANEEL (www.aneel.gov.br) e peguem a tarifa média no Brasil. O número que vocês vão encontrar é sem impostos e a tabela da IEA é com impostos. Se usarem 1 US\$ = R\$ 2, irão descobrir que o Brasil, sem os impostos, paga mais do que a França com impostos! O Brasil, sem impostos, paga quase o dobro do que o Canadá, país com muitas hidroelétricas e que não privatizou suas estatais de energia e nem adota o modelo de mercado (vide Hydro-Quebec e British Columbia Hydro).

Não sou contra as fontes alternativas. Acho apenas que há uma visão fantasiosa sobre elas que esquece os custos. Se é para pensarmos na expansão apenas com “alternativas”, é bom ir pensando em quem vai pagar os subsídios necessários.

Ao invés disso, o que deveríamos estar discutindo é muito mais o uso que se faz da energia do que o que a produz.

É bom não esquecer que o consumo médio residencial brasileiro não passa de 140 kWh/mês. Algumas capitais brasileiras, Fortaleza, por exemplo, ostenta o vergonhoso índice de que 20% dos domicílios não têm geladeira! Imaginem toda essa gente com uma geladeira, item mínimo de conforto no século XXI? Entretanto, uma geladeira fabricada no Brasil consome muito mais energia do que uma americana. E por quê? Porque o Brasil, ao invés de exigir dos fabricantes o uso de compressores eficientes, prefere rotulá-los de A,B,C etc . Os Estados Unidos, ao contrário, definiu um item mínimo de eficiência (revisado de tempos em tempos) e proibiu

aparelhos com índices abaixo desse mínimo. Aqui, a geladeira com a pior “nota” é geralmente a mais barata e é adquirida pelo mais pobre. Esse é apenas um exemplo sobre ineficiência no uso da energia.

Além disso, temos um estilo de economia exportadora de produtos eletro-intensivos. Portanto, o padrão de consumo é subproduto do debate sobre que estilo de crescimento queremos, e não o contrário.

IHU On-Line - A idéia de construir Angra III é equivocada?

Roberto D’Araujo - Se nada for feito para se alterar o nosso padrão eletrointensivo, a opção nuclear é uma das poucas que não geram gás de efeito estufa. Só que, com o que se está prevendo gastar em Angra III, seria possível construir usinas hidráulicas muito mais baratas e com muito mais cuidado ambiental. Mais uma vez a pergunta: quem paga?

IHU On-Line - Como o senhor percebe as construções de PCHs? Elas podem ser uma alternativa para o problema energético brasileiro?

Roberto D’Araujo - Se a única vantagem de uma usina continuar a ser medida somente pela energia que ela produz e a desvantagem pela área alagada, lamento informar que o índice MW/km² é bem melhor para grandes hidráulicas do que para PCH’s. Novamente, a PCH parece ganhar uma simpatia por ser pequena, quando, em média, além de causar mais problemas ambientais por MW, pode ter uma apropriação que socializa os prejuízos e privatiza os benefícios.

Entrevista da semana

Agamben e Heidegger: o âmbito originário de uma nova experiência, ética, política e direito

ENTREVISTA COM FABRÍCIO CARLOS ZANIN

“Agamben, seguindo Heidegger em alguns aspectos, também nos possibilita a superação daqueles escândalos da filosofia (no direito), em especial nas suas propostas de uma nova ética (A linguagem e a morte: um seminário sobre o lugar da negatividade), uma nova política (Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I), um novo direito (Estado de exceção) e uma nova experiência (Infância e história). Então, o que pretendo é aproximar o novo começo de Heidegger, composto de um novo pensar e um novo dizer, dessas novas propostas apresentadas por Agamben.” A reflexão é do advogado Fabrício Carlos Zanin, em entrevista exclusiva, concedida por e-mail à IHU On-Line. E ele completa: “Somente será possível pensarmos uma nova ética, uma nova política, um novo direito e uma nova experiência se formos capazes de encarar de frente e com coragem aqueles escândalos da filosofia (no direito) e superarmos os dualismos e os fundamentos metafísicos que lhes dão unidade nas relações lingüísticas entre metafísica e poder político”.

Graduado em Direito pela Unisinos, Zanin cursa o mestrado em Direito nesta mesma instituição. Está redigindo a dissertação De volta de Siracusa e os escândalos da filosofia (no direito): a linguagem soberana do (bio)poder e o poder soberano da linguagem, cuja proposta é fazer uma releitura da teoria contratualista de Hobbes, desde Agamben e passando por Heidegger. Está vinculado ao Instituto de Hermenêutica Jurídica (IHJ/RS), no qual realizou alguns trabalhos, entre os quais um no Grupo de Pesquisa sobre Direito, Filosofia e Psicanálise. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Que aproximações são possíveis traçar entre Agamben e Heidegger?

Fabrizio Carlos Zanin - Antes de responder, preciso fazer menção ao contexto em que serão dadas as respostas. A pesquisa sobre os pensamentos de Martin Heidegger¹⁶, de Giorgio Agamben¹⁷ e de Thomas Hobbes¹⁸ vincula-se à dissertação de mestrado desenvolvida na Programa de Pós-Graduação em Direito da UNISINOS, com financiamento da CAPES, na linha de pesquisa *Hermenêutica, constituição e concretização de direitos*.

¹⁶ Martin Heidegger (1889-1976): filósofo alemão. Sua obra máxima é *O ser e o tempo* (1927). A problemática heideggeriana é ampliada em *Que é metafísica?* (1929), *Cartas sobre o humanismo* (1947), *Introdução à metafísica* (1953). Sobre Heidegger, a *IHU On-Line* publicou na edição 139, de 2-05-2005, o artigo *O pensamento jurídico-político de Heidegger e Carl Schmitt*. A fascinação por noções fundadoras do nazismo. Sobre Heidegger, confira as edições 185, de 19-06-2006, intitulada *O século de Heidegger*, e 187, de 3-07-2006, intitulada *Ser e tempo. A desconstrução da metafísica*, disponíveis para download no sítio do IHU, www.unisinos.br/ihu. Confira, ainda, o n° 12 do *Cadernos IHU Em Formação* intitulado *Martin Heidegger. A desconstrução da metafísica*. (Nota da *IHU On-Line*)

¹⁷ Giorgio Agamben (1942): filósofo italiano. É professor da Facoltà di Design e arti della IUAV (Veneza), onde ensina Estética, e do *College International de Philosophie de Paris*. Formado em Direito, foi professor da *Università di Macerata*, *Università di Verona* e da *New York University*, cargo ao qual renunciou em protesto à política do governo norte-americano. Sua produção centra-se nas relações entre filosofia, literatura, poesia e fundamentalmente, política. Entre suas principais obras, estão *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002); *A linguagem e a morte* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005); *Infância e história: destruição da experiência e origem da história* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006); *Estado de exceção* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007); *Estâncias - A palavra e o fantasma na cultura* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007); e *Profanações* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007). (Nota da *IHU On-Line*)

¹⁸ Thomas Hobbes (1588 - 1679): filósofo inglês. Sua obra mais famosa, *O Leviatã* (1651), trata de teoria política. Neste livro, Hobbes nega que o homem seja um ser naturalmente social. Afirma, ao contrário, que os homens são impulsionados apenas por considerações egoístas. Também escreveu sobre física e psicologia. Hobbes estudou na *Universidade de Oxford*. Ele foi secretário de Sir Francis Bacon. (Nota da *IHU On-Line*)

Além disso, vincula-se também ao Grupo de Trabalho *Estado e Constituição*, sob orientação do Prof. Dr. José Luiz Bolzan de Moraes, e ao *Dasein* – Núcleo de Estudos Hermenêuticos, coordenado pelo Prof. Dr. Lenio Luiz Streck¹⁹. A dissertação tem como título *De volta de Siracusa e os escândalos da filosofia (no direito): a linguagem soberana do (bio)poder e o poder soberano da linguagem*. Esclarecendo quais são esses escândalos da filosofia (no direito), é possível uma resposta sobre as aproximações entre Agamben e Heidegger.

O primeiro escândalo da filosofia consiste na divisão clássica (dualismo) da metafísica que nos vem de Platão²⁰, quer dizer, entre o mundo sensível e o mundo das idéias. Já o segundo escândalo da filosofia – decorrente, de certo modo, do primeiro escândalo da filosofia – envolve a divisão da teoria do conhecimento entre um mundo interior (sujeito) e um mundo exterior (objeto) e na eterna problemática do acesso (metodológico) ao mundo exterior. Desse segundo escândalo da filosofia, duas repercussões são essenciais: a determinação do sujeito (problema antropológico) e a busca de um método – ilusão da modernidade, na sua busca por uma metodologia sistemática correta e rigorosa, composta de fundamentos e primeiros princípios rigorosamente definidos e demonstrados.

Quanto ao escândalo da filosofia *no direito*, pode-se afirmar e problematizar a relação existente entre

¹⁹ Lenio Luiz Streck: advogado brasileiro, docente na *Universidade do Vale do Rio dos Sinos* (Unisinos), autor de mais de cem artigos técnicos e 37 livros, dentre os quais citamos *Hermenêutica Jurídica e(m) Crise - Uma exploração hermenêutica da construção do Direito* (7. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007) e *Verdade e consenso. Constituição, hermenêutica e teorias discursivas. Da possibilidade à necessidade de respostas corretas em Direito* (2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007). (Nota da *IHU On-Line*)

²⁰ Platão (427-347 a. C.): filósofo ateniense. Criador de sistemas filosóficos influentes até hoje, como a Teoria das Idéias e a Dialética. Discípulo de Sócrates, Platão foi mestre de Aristóteles. Entre suas obras, destacam-se *A república* e o *Fédon*. (Nota da *IHU On-Line*)

metafísica e poder político. Qual é a relação da filosofia com o Estado? Quais são as tarefas da filosofia em momentos em que se é preciso escolher entre democracia, stalinismo, comunismo, fascismo ou nazismo? Afinal, o que resta à filosofia (e para o Estado) depois do Holocausto? A pós-modernidade, se entendida a partir das críticas de Heidegger e Agamben, foi a terapia que nos preparou a liberdade da ilusão de que a filosofia pode servir de parâmetro e ser fundacional ou disponível como, por exemplo, para a justificação do Estado e de seus regimes políticos.

Penso que Heidegger nos possibilita superar esses escândalos da filosofia (no direito), principalmente a partir do novo começo que ele propõe depois da superação da metafísica e a partir do novo pensar e do novo dizer (linguagem poética) que nos oferece. Insistir nas interpretações que Heidegger realiza da técnica, do niilismo e dos poetas, é superar muitos mal-entendidos de péssimas interpretações sobre seu pensamento. Agamben, seguindo Heidegger em alguns aspectos, também nos possibilita a superação daqueles escândalos da filosofia (no direito), em especial nas suas propostas de uma nova ética (*A linguagem e a morte: um seminário sobre o lugar da negatividade*), uma nova política (*Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*), um novo direito (*Estado de exceção*) e uma nova experiência (*Infância e história*). Então, o que pretendo é aproximar o novo começo de Heidegger, composto de um novo pensar e um novo dizer, dessas novas propostas apresentadas por Agamben.

A dissertação tem como objetivo principal uma releitura da teoria contratualista de Hobbes, desde Agamben e passando por Heidegger. Se isso for possível, uma nova filosofia prática deve ter como resultado a aproximação entre o *Dasein* como ser-no-mundo (prático), pensamento de Heidegger, e a nova interpretação da potência, pensamento de Agamben. Isso requer urgentemente uma nova ontologia da potência

que vá além dos clássicos conceitos aristotélicos de substância, *ousia*, essência, forma, matéria e potência ativa. Mas essas aproximações devem ser feitas com muito cuidado e precaução, pois existem muitas diferenças entre esses pensadores, sobretudo entre Agamben e Heidegger.

IHU On-Line - E quais seriam as maiores diferenças entre o pensamento desses filósofos? Em que aspectos Agamben se distancia de seu mestre?

Fabrizio Carlos Zanin - É complicada a relação entre Agamben e Heidegger e essa característica foi a que me levou a estudá-los. Vou citar o exemplo da obra de Agamben, *A linguagem e a morte: um seminário sobre o lugar da negatividade*, para que fique clara a complexidade das diferenças entre eles. Nessa obra, Agamben vincula-se à crítica de Heidegger à metafísica, ao seu novo começo e ao seu novo dizer (linguagem poética), mas, ao mesmo tempo, faz uma “revisão” e uma “correção” de Heidegger num aspecto: o da negatividade que leva à sigética (silêncio). Somente a partir dessa revisão e dessa correção é possível, segundo Agamben, a emergência “pela primeira vez na sua simples clareza a figura do *ter* do homem: o *ter sempre caro* como morada habitual, como *êthos* do homem” (p. 111). A linguagem deve ser levada além da negatividade e da sigética até a infância do homem. Tenho dúvidas quanto ao distanciamento de Agamben com relação à Heidegger. Além disso, tenho dúvidas quanto à concepção de Agamben com relação à vinculação do pensamento de Heidegger como tentativa de superação da metafísica, mas que recai novamente no seu interior. Mas essas dúvidas serão mais esclarecidas no decorrer de minhas pesquisas.

Uma outra diferença pode ser dita quanto ao pensamento de Heidegger e Agamben. Em algumas obras, em especial *Infância e história*, Agamben parece seguir os caminhos de Heidegger ao afirmar que a questão do

ser é inacessível para as ciências – e isso é incontornável. Mesmo dando seguimento a Heidegger, ele se distancia do mesmo ao realizar a experiência limite da ciência lingüística. Ou seja, enquanto Heidegger se movimenta no nível ontológico, Agamben se movimenta no nível ôntico da ciência lingüística, mesmo afirmando que fazer a experiência desse inacessível é tomar conhecimento dos limites da própria ciência lingüística.

A complicação tanto das aproximações quanto das diferenças entre Heidegger e Agamben é que são muito sutis; se num momento ocorre a aproximação, no outro ocorre a distância. Afinal de contas, Agamben tem outras influências que não apenas o pensamento de Heidegger. Mesmo assim, estou convicto de que ambos nos oferecem uma enorme carga conceitual passível de ser aplicada na difícil tarefa de pensarmos as relações (criadas e constituídas pela linguagem) entre metafísica e poder político.

IHU On-Line - Em que medida é possível pensarmos no âmbito originário de uma nova experiência, uma nova ética, uma nova política e um novo direito partindo dos pressupostos desses pensadores?

Fabrizio Carlos Zanin - Somente será possível pensarmos uma nova ética, uma nova política, um novo direito e uma nova experiência se formos capazes de encarar de frente e com coragem aqueles escândalos da filosofia (no direito) e superarmos os dualismos e os fundamentos metafísicos que lhes dão unidade nas relações lingüísticas entre metafísica e poder político.

A nova ética apenas será possível depois de superar a inefabilidade e a sigética do fundamento negativo da metafísica, para que a emergência da experiência do *êthos* e da infância do homem seja conquistada.

A nova política apenas será possível se for realizada uma urgente revisão da teoria contratualista a partir de

uma nova ontologia da potência, que deve ser pensada além da relação entre os escândalos da filosofia e seus reflexos no direito, ou seja, entre o poder soberano e vida nua biopolítica, unidos pelo estado de exceção. O campo, como paradigma político da modernidade, é o espaço biopolítico fundado pelo estado de exceção permanente, ou seja, que se torna regra. Na era atômica sob o império da técnica (*onto-teo-tecno-logia*), na era das emergências econômicas do mercado capitalista globalizado e na era do paradigma da segurança nacional contra o terrorismo e a imigração, o estado de exceção é permanente e planetário. O perigo do estado de exceção e sua zona de indiferença indiscernível é que a defesa da democracia e de sua governabilidade torna-se a suspensão da própria democracia e daquilo que é condição para a mesma: o exercício e a defesa dos direitos humanos no interior do Estado de Direito Democrático e Constitucional. Assim, uma nova política apenas é possível se recuperarmos bem no núcleo da biopolítica uma ontologia da potência.

Um novo direito somente será possível se, enfrentando os desafios lançados à hermenêutica jurídica desde o estado de exceção, a dogmática jurídica tradicional se der conta de que a mutação constitucional, ou seja, a constante luta entre o poder constituinte e o poder constituído, as lacunas jurídicas e a divisão entre lei e aplicação são resultados de dualismos metafísicos que se refletem na epistemologia positivista do direito; dualismos que somente são “unidos” através do fundamento do estado de exceção. Uma nova experiência somente será possível se for superado os escândalos da filosofia (no direito), ou seja, o dualismo metafísico e o dualismo epistemológico (determinação do sujeito e método). Somente quando o transcendental for definido como experimento de linguagem e for realizada uma crítica da noção de subjetividade da modernidade uma nova experiência será possível.

IHU On-Line - Quais são as maiores contribuições de Agamben e Heidegger para a compreensão da política contemporânea e seus traços niilistas apáticos ou, no máximo, reativos?

Fabrizio Carlos Zanin - As características com as quais você analisa a política contemporânea, ou seja, de niilismo apático ou reativo vêm do pensamento de Nietzsche²¹. É razoável pensar que Heidegger, na sua obra sobre Nietzsche (*Nietzsche I*), faz uma análise muito perspicaz do niilismo europeu, vinculando-o à técnica. Por isso disse que a obra tardia de Heidegger, nas quais analisa a técnica, o niilismo e os poetas são importantes para a consideração de um novo começo, de um novo pensar e de um novo dizer, que têm, certamente, conseqüências no âmbito político, como Agamben comprova. Não é por acaso que Agamben, na sua obra *A linguagem e a morte: um seminário sobre o lugar da negatividade*, afirme que tentar compreender a negatividade envolvida no fundamento do niilismo é a única possibilidade de superá-lo em direção de uma nova ética, de uma nova política, de um novo direito e de uma nova experiência, como vimos anteriormente. A contribuição de ambos para a política contemporânea diz respeito à advertência de que, se não formos capazes de pensar além dos escândalos dualistas da filosofia (no

²¹ Friedrich Nietzsche (1844-1900): filósofo alemão, conhecido por seus conceitos além-do-homem, transvaloração dos valores, niilismo, vontade de poder e eterno retorno. Entre suas obras, figuram como as mais importantes *Assim falou Zaratustra* (9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998); *O anticristo* (Lisboa: Guimarães, 1916); e *A genealogia da moral* (5. ed. São Paulo: Centauro, 2004). Escreveu até 1888, quando foi acometido por um colapso nervoso que nunca o abandonou, até o dia de sua morte. A Nietzsche foi dedicado o tema de capa da edição número 127 da *IHU On-Line*, de 13-12-2004. Sobre o filósofo alemão, conferir ainda a entrevista exclusiva realizada pela IHU On-Line edição 175, de 10 de abril de 2006, com o jesuíta cubano Emilio Brito, docente na Universidade de Louvain-La-Neuve, intitulada *Nietzsche e Paulo*. A edição 15 do *Cadernos IHU Em Formação* é intitulada *O pensamento de Friedrich Nietzsche*. (Nota da *IHU On-Line*)

direito), não escaparemos do esquecimento do ser, da vida nua, do *homo sacer*, do campo, da biopolítica e do estado de exceção. Além disso, ambos nos ensinam que as estruturas de opressão e de dominação, muito além de nacionalismos, das ciências e da economia, têm uma codificação filosófica. E, se essa codificação filosófica não for combatida, todas as lutas contra os nacionalismos excludentes, contra a técnica objetificante e contra a economia exploradora poderão não ser em vão, mas serão inadequadas.

IHU On-Line - Agamben critica os EUA por usar o 11 de setembro como justificativa para o paradigma governamental de estado de exceção permanente. Como essa posição se situa dentro de seu ideário político? E de que forma essa crítica ajuda a quebrar a hegemonia política americana?

Fabrizio Carlos Zanin - Concordo com as críticas de Agamben aos Estados Unidos da América e também compartilho seu ideário político expresso em sua teoria e suas novas propostas. No entanto, penso que ele, assim como Negri²², utilizam as ações desse País apenas para comprovar suas hipóteses filosóficas que vão muito além de um único Estado-Nação. Tanto o estado de exceção, como o Império são conceitos que se vinculam a muitos

²² Antonio Negri (1933): filósofo político e moral italiano. Durante a adolescência foi militante da Juventude Italiana de Ação Católica, como Umberto Eco e outros intelectuais italianos. Em 2000 publica o livro-manifesto *Império* (5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003), com Michael Hardt. Atualmente, após a suspensão de todas as acusações contra ele, definitivamente liberado, ele vive entre Paris e Veneza, escreve para revistas e jornais do mundo inteiro e publicou recentemente *Multidão. Guerra e democracia na era do império* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005), também com Michael Hardt. Sobre essa obra, publicamos um artigo de Marco Bascetta na 125ª edição da *IHU On-Line*, de 29-11-2004. O livro é uma espécie de continuidade da obra anterior da dupla, *Império*. Ele foi apresentado na primeira edição do evento *Abrindo o Livro*, promovido pelo IHU, em abril de 2003. Em 2003 estive na América do Sul (Brasil e Argentina) em sua primeira viagem internacional após décadas entre o cárcere e o exílio. (Nota da *IHU On-Line*)

outros na tentativa de dar respostas ao novo contexto de encruzilhada política depois daquela terça-feira sombria de 11 de setembro de 2001. Claro que as diferenças entre eles também são muito sutis.

Foi exatamente essa encruzilhada política a que me fez pesquisar na dissertação a necessidade de um novo contrato social depois do fatídico 11 de setembro, partindo de uma releitura de Hobbes a partir de Agamben e Heidegger. Os movimentos antiglobalização

(econômica e financeira), municiados de uma nova ontologia da potência, não têm apenas a hegemonia estadunidense para enfrentar. Existem lutas e demandas muito mais próximas e locais com relação às quais eles deveriam dar mais atenção. Se bem que, atualmente, as relações entre os níveis local, nacional e global estejam emaranhadas e misturadas. Mas penso que em cada nível existem lutas possíveis e que umas se refletem nas outras.

Filme da Semana

O FILME COMENTADO NESTA EDIÇÃO FOI VISTO POR ALGUM/A COLEGA DO IHU E ESTÁ EM EXIBIÇÃO NOS CINEMAS DE PORTO ALEGRE.

Cidade dos Homens

Ficha técnica

Nome original: *Cidade dos homens*

Cor filmagem: Colorida

Origem: Brasil

Ano produção: 2007

Gênero: Drama

Duração: 113 min

Classificação: 16 anos

Direção: Paulo Morelli

Elenco: Douglas Silva, Darlan Cunha, Jonathan Haagensen

Sinopse: Acerola (Douglas Silva) e Laranjinha (Darlan Cunha) têm 18 anos. Amigos desde crianças, agora enfrentam o dilema da paternidade. Acerola, porque tem um filho pequeno para criar. Laranjinha, porque procura o pai que nunca conheceu.

Leia a seguir o comentário de Marcelo Hessel, publicada na página www.omelete.com.br 30-08-2007.

A crítica mais ostensiva feita a *Cidade de Deus* (2002) era a suposta descontextualização da favela - vilanizava-se o morro sem mostrar como o Rio de Janeiro à beira-mar contribuía para o tráfico e a violência lá em cima. Pois a primeira coisa que *Cidade dos homens* (2007) faz é descer.

O filme abre com a vigília no Morro da Sinuca dos soldados do tráfico. Pleno verão, o chefe Madrugadão (Jonathan Haagensen) decide que vai tomar um banho de mar. Arma-se um esquema para que todo o aparato do "exército" da favela desça com ele. Com o Corcovado ao fundo, Madrugadão mergulha sozinho, como se fosse numa piscina particular.

De forte conotação social e política, a cena prepara o terreno - não se trata mais de uma história do morro, mas de uma história do Rio de Janeiro - para Acerola (Douglas Silva) e Laranjinha (Darlan Cunha).

A partir daí, começa o diálogo com a série de TV. Na produção global, dois arcos se impuseram: a procura de Laranjinha pelo pai e a obrigação de Acerola de ser pai. Sem perder tempo e sem muita sutileza, o roteiro de Elena Soárez logo joga os dois temas na pauta: sentados na areia, Laranjinha diz que quer achar logo quem o botou no mundo, para mudar seu R.G., agora que completou 18 anos, e Acerola, por sua vez, e também perto da maioria, se mostra inábil para cuidar do filho, que acaba perdido na areia.

Os conflitos inseridos assim, didaticamente, com o pique da TV, podem incomodar quem esperava o tempo mais paulatino e menos esquemático, típico do cinema que não se orienta por relações de causa e efeito. Mas, por outro lado, é uma introdução justa para quem nunca assistiu ao seriado; o reforço dos *flashbacks* ajuda a

reapresentar o histórico dos dois amigos que cresceram juntos na telinha.

A favela como identidade

O grande avanço de *Cidades dos homens* em relação à telessérie e ao filme de 2002 é mesmo o tratamento reservado ao morro (e à relação do morro com a cidade e com aqueles que o habitam). Sem entregar muito, adiantemos um ponto do filme: Acerola e Laranjinha são forçados a deixar a Sinuca quando estoura uma guerra por poder. Não há "descontexto" aqui: uma vez fora de seu espaço, os personagens são obrigados a encarar esse mundo hostil que é, enfim, o resto do Rio.

A favela é um campo de batalha - e as cenas de ação, tiroteio e morte estão ali para provar - mas não só. É o lugar de Acerola, Laranjinha, seu familiares, sem o qual eles perdem o referencial. Mais do que no filme de 2002, o morro de *Cidade dos homens* se aproxima do conceitos gregos de *éthos* e *topos*, o local a que se pertence. Sem a Sinuca, não por acaso, Acerola e Laranjinha voltam-se um contra o outro.

Está aí um conceito que, daqui de baixo, temos dificuldade de entender: a favela não é um quebragalho, a favela pode ser uma identidade. E se *Cidade dos homens* tem a coragem de tirá-la de Laranjinha e Acerola (exílio é, ademais, um tema recorrente no cinema nacional recente) temos a chegada inequívoca e metaforizada dos dois à maioria. 18 anos, pé no asfalto, bóra pro mundo descobrir-se de novo."

Destaques On-Line

DESTAQUES DAS NOTÍCIAS DO DIA DO SÍTIO DO IHU

Essa editoria veicula notícias e entrevistas que foram destaques nas Notícias do Dia do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

ENTREVISTAS ESPECIAIS FEITAS PELA IHU ON-LINE DISPONÍVEIS NAS NOTÍCIAS DO DIA DO SÍTIO DO IHU (WWW.UNISINOS.BR/IHU) DE 10-09-2007 A 16-09-2007

Adorno e a sociedade contemporânea.

Francisco Fianco, professor na UFMG

Confira nas *Notícias do Dia* 10-09-2007

O professor Francisco Fianco fala sobre o tema "Adorno: Ideologia, cultura de massa e crise da subjetividade". Fianco analisa a Indústria Cultural pensada por Adorno, relaciona-o com Horkheimer, Benjamin, Kierkegaard e Nietzsche e, ainda, disserta sobre a presença da Dialética Negativa na contemporaneidade.

"Construção de usina hidrelétrica no Rio Tibagi é um grande erro".

Rogério Nunes da Silva, secretário executivo da CPT-PR

Confira nas *Notícias do Dia* 11-09-2007

O secretário executivo da CPT-PR Rogério Nunes da Silva denuncia o processo de planejamento, licenciamento e instalação da Usina hidrelétrica de Mauá no Rio Tibagi. Ele afirma que os procedimentos de construção da usina estão cercados de irregularidades.

As classes médias brasileiras.

Waldir Quadros, economista

Confira nas *Notícias do Dia* 12-09-2007

O economista e professor da Unicamp Waldir Quadros analisa a classe média brasileira e a identifica como aquela camada social que se encontra entre os

empresários capitalistas e os trabalhadores, ou mesmo entre ricos e pobres.

Agressividade na infância: um reflexo da violência gerada pela sociedade contemporânea?

Maria Vitória Mamede Maia, doutora em psicologia

Confira nas *Notícias do Dia* 13-09-2007

O mais recente livro de Maria Vitória Mamede Maia, intitulado *Rios sem Discurso: reflexões sobre a agressividade da infância na contemporaneidade*, traz questionamentos, de cunho ético e político, que tratam das crianças e adolescentes ditos anti-sociais.

Comunicação, significações e indisciplinaridade.

José Carlos Rodrigues, professor na PUC-Rio

Confira nas *Notícias do Dia* 14-09-2007

A sociedade contemporânea, segundo o professor da PUC-Rio José Carlos Rodrigues, pode ser dividida em duas partes: a produtora de símbolos e cultura e a consumidora desses dois produtos. Daí surge um novo conceito de corpo para o ser humano: o corpo consumidor.

ENTREVISTAS E ARTIGOS QUE FORAM PUBLICADOS NAS NOTÍCIAS DO DIA DO SÍTIO DO IHU (WWW.UNISINOS.BR/IHU)

"Eutanásia é um compromisso ético"

Marcelo Palacios, presidente da Sociedade

Internacional de Bioética

Confira nas *Notícias do Dia* 10-09-2007

O médico espanhol Marcelo Palacios, um dos mais aguerridos defensores da eutanásia no mundo, afirma, em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, 09-09-2007, que eutanásia é ajudar um doente terminal, que não tem mais do que meses de vida, a morrer.

A chance do Brasil no contexto mundial da escassez de recursos

Washington Novaes, jornalista e ambientalista

Confira nas *Notícias do Dia* 10-09-2007

Retomando um estudo da revista *New Scientist* e os comentários do professor Renato Caporali, Washington Novaes, em artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, 07-09-2007, destaca que a questão dos recursos naturais continua na ordem do dia nos debates dos rumos da economia mundial.

Crises são testes para as instituições, e o Brasil vai bem.

Fábio Wanderley Reis, professor emérito da UFMG

Confira nas *Notícias do Dia* 10-09-2007

Segundo o cientista político e professor Fábio Wanderley Reis, em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, 09-09-2007, crises são testes para as instituições.

A esquerda do século XXI será ecológica ou não será François de Rugy, deputado, e Emmanuel Schor, co-fundador de Ecologie Nouvelle

Confira nas *Notícias do Dia* 11-09-2007

Para François de Rugy, deputado pelo Partido Verde de Loire-Atlantique, co-fundador do sítio Ecologie Nouvelle, e Emmanuel Schor, co-fundador de Ecologie Nouvelle, uma nova esquerda, essencialmente ecológica, tem

diante de si a oportunidade histórica de substituir a velha esquerda dos séculos XIX e XX. A esquerda do século XXI será ecológica ou não será. A afirmação foi feita em artigo publicado no jornal *Le Monde*, 29-08-2007.

"O país só tem competitividade em produtos agrícolas e minerais"

Reinaldo Gonçalves, professor na UFRJ

Confira nas *Notícias do Dia* 11-09-2007

O professor Reinaldo Gonçalves do Instituto de Economia da UFRJ, fala sobre o livro que está lançando em parceria com Luiz Filgueiras, intitulado *A economia política do Governo Lula*. Ele afirma, em entrevista publicada no *Jornal do Commercio*, 10-09-2007, que o trabalho visa a esclarecer a esquerda "perplexa" e todos interessados em entender para onde vai o Brasil.

Caio Prado Júnior. Discriminado no partido e na academia

Lincoln Secco, professor na USP

Confira nas *Notícias do Dia* 12-09-2007

Nesse ano, celebra-se o centenário de Caio Prado Júnior (1907-1990), considerado um dos maiores historiadores brasileiro. Lincoln Secco, professor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, em artigo para o *Jornal da USP*, 10 a 16 de setembro de 2007, comenta que Caio Prado em função de sua origem de classe, foi discriminado no partido e em função de sua opção política foi preterido na universidade.

"O comunismo é uma forma de fé"

Liu Bainian, da Associação Católica Patriótica Chinesa

Confira nas *Notícias do Dia* 12-09-2007

Para o vice-presidente da Associação Católica Patriótica Chinesa (ACPCh), Liu Bainian, em entrevista concedida ao jornal *El País*, 09-09-2007, há um

mal-entendido na comunidade internacional sobre a Igreja católica chinesa, e algumas pessoas se dedicam a acirrá-lo porque têm outras motivações.

"A religião hoje é novamente um fator de poder na história mundial"

Hans Küng, teólogo alemão

Confira nas *Notícias do Dia* 12-09-2007

Na opinião do teólogo católico e crítico da Igreja, Hans Küng, os cristãos fundamentalistas que seguem literalmente a Bíblia e dizem que não precisam das outras religiões, mas também as pessoas muito secularizadas, dogmáticos do laicismo, são um entrave para o diálogo entre as religiões. Em entrevista ao sítio *dw-world.de*, 11-09-2007, Küng combate a visão equivocada que se tem do islamismo e lamenta o discurso de Regensburg de Bento XVI.

Os EUA, a bomba e a moeda

José Luís Fiori, professor na UFRJ

Confira nas *Notícias do Dia* 12-09-2007

Em artigo publicado pelo jornal *Valor*, 12-09-2007, o professor titular do Instituto de Economia da UFRJ José Luís Fiori escreve que neste sistema mundial em que vivemos, toda decisão monetária da autoridade responsável por alguma "moeda internacional" sempre terá efeitos contraditórios e provocará danos que fortalecerão, no médio prazo, a vontade competidora dos seus concorrentes e de suas moedas.

"Teve provas de fé, não crise de fé".

Brian Kolodiejchuk, autor do livro sobre as cartas de Madre Teresa

Confira nas *Notícias do Dia* 13-09-2007

Em entrevista ao sítio *Periodista Digital*, 11-09-2007, o padre Brian Kolodiejchuk, Missioneiro da Caridade, fala

sobre o livro de sua autoria *Mother Teresa: come be my light* (Madre Teresa: Vem e seja a minha luz). O livro provocou várias manchetes nos jornais sobre a fé de Madre Teresa.

"O protestantismo é apenas minha proveniência, o ecumenismo é meu futuro".

Jürgen Moltmann, teólogo alemão

Confira nas *Notícias do Dia* 13-09-2007

Jürgen Moltmann, um dos maiores pensadores cristãos vivos, fala sobre a relação entre a Cruz e a Ressurreição, o (presumido) fim da história, o ecumenismo e o estado de diálogo inter-religioso, o problema do mal radical e o tema de uma "teologia do gênero", em entrevista publicada pela revista italiana *Jesus*, de setembro de 2007.

"No silêncio a gente se reencontra, mas atenção à fuga da realidade".

Enzo Bianchi, monge

Confira nas *Notícias do Dia* 14-09-2007

O padre Enzo Bianchi, entrevistado pelo jornal *La Repubblica*, 11-09-2007, assegura que no silêncio germina a palavra autêntica. O prior da Comunidade de Bose (Ivrea) também desposa as teses do livro do inglês Stuart Sim, uma espécie de "bênção" para o "Manifesto do silêncio", ministrada por um religioso que fez da meditação uma das "pilastras" do seu mosteiro.

Frases da Semana

SÍNTESE DAS FRASES PUBLICADAS DIARIAMENTE NAS NOTÍCIAS DO DIA NO SÍTIO DO IHU.

Candidato

“A chance de eu ser candidato a presidente é pequena. A vice, nenhuma” - **Aécio Neves**, governador de Minas Gerais - PSDB - *Folha de S. Paulo*, 11-09-2007.

Cuba

“Cuba tem um sistema de saúde melhor do que os EUA” - **Michael Moore**, diretor de cinema - *Clarín*, 11-09-2007.

Economia é uma ciência?

“A economia não é uma ciência, pelo menos não no sentido que a mesma experiência, repetida, produz sempre o mesmo resultado” - relatório anual do Bank for International Settlements - BIS -, citado por Antonio Delfim Netto - *Folha de S. Paulo*, 12-09-2007.

“As previsões econômicas são às vezes equivocadas, particularmente quando o ciclo está mudando, quando as informações são insuficientes, quando os modelos são deficientes e quando os choques aleatórios conspiram para gerar resultados insatisfatórios” - relatório anual do Bank for International Settlements - BIS -, citado por Antonio Delfim Netto - *Folha de S. Paulo*, 12-09-2007.

“Mais arditosa ainda é a idéia de calcular probabilidades que encerram os riscos das previsões. De fato, isso é tão difícil que não é exagero dizer que vivemos num mundo fundamentalmente incerto - um mundo no qual as probabilidades não podem ser calculadas - e não num mundo apenas com riscos. A história econômica é um bom guia a esse respeito” - relatório anual do Bank for International Settlements - BIS -, citado por Antonio Delfim Netto - *Folha de S. Paulo*, 12-09-2007.

Combustível

“Podemos produzir parte da energia que precisamos sem fazer um furo de 6 km, mas um buraco de 20 cm (para plantar), que pode ser feito por uma máquina ou por um analfabeto, que depois pode tirar o seu petróleo, o seu combustível” - **Luiz Inácio Lula da Silva**, presidente da República - *Valor*, 13-09-2007.

Rachando

“As grandes empresas estão rachando, rachando de ganhar dinheiro. Algumas estão lavando a égua” - **Paulo Bernardo**, ministro do Planejamento - *O Estado de S. Paulo*, 13-09-2007.

Compaixão

“Está demonstrado cientificamente que a prática da compaixão beneficia a saúde porque reduz o estresse. Não se trata de falar sobre Deus e a reencarnação, mas de buscar em nosso interior e sermos compassivos. Ajuda a baixar a pressão arterial e nossa saúde melhora” - **Dalai Lama** - *La Vanguardia*, 13-09-2007.

“Há ensinamentos como a felicidade, o amor, a tolerância e a compaixão que são comuns a todas as religiões. Em todo caso, a educação deve ser secular. Não deve ser religiosa, para que assim possa unir pessoas de diferentes religiões” - **Dalai Lama** - *La Vanguardia*, 13-09-2007.

Ditadura

“A Igreja não matou, mas não salvou. Por não ter salvado, ela é responsável por estas vidas” - **Rubén Capitanio**, padre salesiano, declarando no julgamento do padre Von Wernich, seu colega de seminário, por ter participado das torturas no regime militar argentino - *Clarín*, 11-09-2007.

“A Igreja, escandalosa e pecaminosamente, foi próxima da ditadura” - **Rubén Capitanio**, padre salesiano, declarando no julgamento do padre Von Wernich, seu colega de seminário, por ter participado das torturas no regime militar argentino - *Clarín*, 11-09-2007.

“Para nós, é importante que não se entenda a Von Wernich como um padre solto, um louquinho perverso que gostava de ver as pessoas sofrerem. O que nos interessa é que fique claro que Von Wernich não era uma peça solta, mas uma

engrenagem que partia da cúpula da Igreja e que ele não era o único capelão nos campos de tortura”

- **Adriana Calvo** da Associação dos Ex-Presos Desaparecidos e testemunha no julgamento do padre Von Wernich, acusado de colaborar nas torturas perpetradas pela ditadura militar argentina - *Página/12*, 11-09-2007.

Perfil Popular

Maria Ilse D'Ávila

Aos 69 anos de idade, Maria Ilse D'Ávila é um exemplo de determinação, força de vontade e solidariedade. Criada no interior, ela cresceu com o sonho de ser professora, o qual, oficialmente, não foi realizado. No entanto, ela exerce, sim, a profissão e ensina muito mais do que se estivesse em sala de aula. Atuando há nove anos na Pastoral da Paróquia do bairro Rio Branco, em São Leopoldo, Ilse passa a diante os princípios e valores da prática do voluntariado. E faz isso de coração aberto, sem demonstrar qualquer sinal de cansaço. Confira, abaixo, a entrevista que ela concedeu à revista IHU On-Line:



Origens - De origem alemã, Maria Ilse D'Ávila nasceu no município de Pareci Novo, no interior do Estado. “Quando tinha 5 anos, meus pais foram embora de lá. Fomos de mudança com uma empresa serrana para Iraí, também no interior. Era como se fôssemos imigrantes, ou sem-terra.” Filha de pais agricultores, Ilse, de 69 anos, é a mais velha dos seis irmãos.

Infância - “Tenho muitas recordações do tempo em que morava no interior. Só vim conhecer pobreza quando vim morar em São Leopoldo”, destaca Ilse. Criada na colônia, a vida simples que teve é motivo de orgulho para ela. “A gente só comprava querosene para botar nos lampiões, ou queimava banha de borco nos candeeiros, sal e a roupa para vestir. Outras coisas, como leite, queijo, chimia, eram produzidas por nós. Era uma fartura.” Na infância, Ilse passava a maior parte do tempo brincando na casa da avó. “Eu e meus irmãos brincávamos todos juntos. Nossa relação era muito boa”, ressalta.

Estudos - Já morando em Iraí, Ilse teve a oportunidade de estudar até a 5ª série e também fez a catequese. “Meu pai fez questão que nós estudássemos. Hoje em dia, parece que ninguém mais entende que estudo é uma obrigação.” Apaixonada pelos estudos, Ilse queria muito ser professora, mas, para isso, teria que ir para um colégio de freiras em São Carlos (SC), e seu pai não permitiu. “Isso eu cobro dele até hoje. Vim para a cidade sem profissão, só com a 5ª série. Trabalhei a vida inteira fazendo faxina, me virando com o que eu sabia fazer.”

Trabalho - Ilse permaneceu em Iraí até os 16 anos. Depois disso, surgiu uma oportunidade para trabalhar como empregada doméstica, em Novo Hamburgo. “Acho que sou uma das primeiras empregadas domésticas aposentadas contribuindo, porque, antigamente, empregada doméstica não tinha nenhum direito. Quando minha situação foi regularizada na Previdência Social, eu já tinha 20 anos de trabalho.” Na primeira casa de família que trabalhou, Ilse ficou durante 10 anos. “Em 1987, me aposentei da profissão de empregada doméstica. Trabalhei como costureira em uma loja de

alemães, em Porto Alegre. Atendia no balcão e fazia serviço de banco. Nas horas que não tinha fregueses, eu fazia uniforme.”

São Leopoldo - “Vim morar em São Leopoldo em julho de 1965, porque meu marido trabalhava em uma empresa no município.” Ilse conta que, nesta época, houve uma grande enchente na cidade, e, com isso, o Conselho da comunidade de São Leopoldo se reuniu e comprou uma área de terra em um dos pontos mais altos do município, o bairro Jardim América, que é onde ela reside atualmente. “Me arrependo até hoje de ter vindo morar aqui em São Leopoldo. Novo Hamburgo é muito melhor para morar, em todas as áreas. Apenas a saúde em São Leopoldo é melhor.” Sair do interior e passar a morar em cidades grandes tem reflexo positivo para Ilse. “Quando vim para a cidade, eu era uma pessoa muito fechada. Hoje, consegui formar um círculo de amizades muito grande.”

Mudanças - Pareci Novo, Iraí, Rio Grande e Porto Alegre. Ilse já morou em todos estes municípios e faz uma avaliação positiva de tantas mudanças. “Foi muito bom ter passado por todas essas cidades. Se eu tivesse dinheiro, iria comprar um ônibus velho, que tivesse banheiro, e ia só viajar.”

Voluntariado - Com espírito solidário, Ilse afirma que sempre achou um tempinho para ajudar aos outros. Com a enchente de 1965, ela iniciou na prática do voluntariado. Ela já trabalhou na Associação dos Moradores do seu bairro, e, com muito trabalho, conseguiu um posto medido para a comunidade. “Há nove anos, sou voluntária na Pastoral Social da Paróquia Rio Branco, em São Leopoldo. Sou encarregada pelo setor das roupas e também ajudo na cozinha. Não escolho serviço. Se tiver que lavar chão, a gente lava.” Ilse comenta que a rotina na Pastoral consiste em encontros

semanais, para selecionar os doativos arrecadados, e na organização mensal de feiras de roupas usadas, para arrecadar fundos a fim de se fazer sacolas econômicas para a comunidade carente. Ao todo, são 25 voluntários, entre homens e mulheres, trabalhando na Pastoral. “O voluntariado é uma complementação da minha vida. Não saberia viver sem esse trabalho. As pessoas chegam e querem as coisas prontas. Eu gostaria que elas aprendessem a fazer, porque, assim, ajudaria a situação financeira delas.”

Grupo de mulheres na Unisinos - Durante 13 anos, Ilse freqüentou um grupo de mulheres que se reunia na antiga sede da Unisinos. “Ali, aprendi muita coisa. Inclusive, tivemos um curso de Promotoras Legais Populares para dar assistência às mulheres. Só não consegui carregar mais pessoas para que escutassem as palestras e aprendessem também.” O grupo se desfez no final do ano passado, para decepção de Ilse. “Fiquei muito chateada. Ainda bem que tenho muitas fotos para recordar.”

Casamento e filhos - “Faz 45 anos que me casei. Depois do meu marido, que morreu atropelado em 1985, tive um companheiro, e, depois, achei que não valia a pena viver com alguém”, confessa. Ilse tem um casal de filhos: a Cátia, de 44 anos, e o Gilnei, de 42, que é solteiro e mora ela. Sua filha é vigilante, e seu filho, atualmente, está desempregado. “Eles não puxaram por mim. Não são persistentes, de ir trabalhar nem que seja de arrasto.” Ilse conta que nenhum dos dois quis estudar, e seu maior sonho era dar a eles aquilo que o seu pai não deu. “Se fosse para eu ter filhos hoje, não teria. Se eu previsse que teria toda essa onda de desemprego, não iria botar filhos no mundo para passarem trabalho.”

Sonho - “Quem não tem um grande sonho?” Ilse reconhece que deveria ter voltado a estudar. “Hoje, não

penso mais nisso porque até me formar vai levar muito tempo.” Se tivesse tido a oportunidade de estudar, ela faria algo na área jurídica ou assistência social. “Atualmente, meu sonho é voltar a morar no interior, em um lugar não muito longe, mas que tivesse ônibus, água e luz.”

Professora por acaso - Embora não tenha estudado para ser professora, Ilse não deixa de ensinar. “Com o trabalho de voluntária, ensino a fazer trabalhos manuais, a costurar e a cozinhar”, revela.

Visita ao mar - Ilse costuma ir muito à praia de Mariluz, no litoral gaúcho, onde sua filha tem casa. Neste ano, tomou banho de mar pela primeira vez. “Caí um tombo na água. Minha filha achou que eu não fosse mais querer chegar perto do mar, mas a queda não me assustou.”

Fé - Católica, mas sem fanatismos. É assim que Ilse define a sua relação com a Igreja. “Entendo que ter fé é ter uma esperança”, afirma. Na próxima semana, em Porto Alegre, vai acontecer um debate para unificar as religiões e “eu irei representar a Pastoral”, comenta Ilse, orgulhosa.

Momentos marcantes - O nascimento de sua filha Cátia foi um momento de grande emoção na vida de Ilse, o qual ela recorda com orgulho. “Quando colocaram a minha filha no meu colo, pensei: que compromisso. Porque eu era mãe solteira, só fui me casar um tempo depois.” Há uma tristeza que cerca a vida de Ilse desde que seu filho era criança. “Quem olha não diz, porque ele é um moço alto e forte, mas ele sofre de depressão. Vivo triste por causa disso. Gostaria de poder fazer alguma coisa ou que tivesse uma solução para isso”, desabafa.

Fonte de renda - “Vivo com um salário mínimo, e não é nada fácil.” Esta é a realidade financeira de Ilse. “O que a gente ganha é uma miséria”, destaca. O trabalho na Pastoral não é remunerado, apenas reconhecido com certa quantidade de alimentos.

Política brasileira - Na visão de Ilse, não apenas os ricos roubam os pobres. “Agora vejo que os governantes e os juízes, que deveriam dar exemplo, também estão roubando.” Os escândalos que envolvem a política do país causam em Ilse tristeza e revolta. “Queria que todos os ladrões fossem executados.”

IHU REPÓRTER

Alberto Efendy Maldonado Gómez de La Torre

Foi ao ministrar um evento sobre o “Pensamento Comunicacional Latino-americano”, em São Paulo, em 1998, que o equatoriano Alberto Efendy Maldonado Gómez de La Torre recebeu o convite para integrar o corpo docente da Unisinos, no campo da Comunicação. Mesmo antes de vir morar no Brasil, as afinidades com o país já existiam, tanto em áreas como a música, o teatro, a literatura, a poesia, quanto no futebol. Em entrevista à revista IHU On-Line, o professor falou, entre outros aspectos, sobre a sua vida no Equador, a mudança para o Brasil e a visão política do seu país de origem. Confira, abaixo, a entrevista:



Infância - Foi uma infância maravilhosa para mim. Primeiro, porque tive a sorte de morar na praia, com um clima entre 18 e 28 graus todo o ano. A minha escola ficava à beira-mar, no Pacífico. Foi uma combinação interessante. Estudei em uma escolinha de capuchinhos muito boa, em termos acadêmicos. Eles tinham um método que conseguiram que eu aprendesse a ler em três meses e meio, que combinava ensino e brincadeira. Dentro das possibilidades lúdicas da criança, fui privilegiado. Viajava-se muito e se circulava muito para explorar lugares. Ainda não existia uma consciência ecológica mais sofisticada, como é hoje, mas se aprendia a ter carinho pela gaivota, pelo caranguejo. Sou o mais velho de cinco irmãos, duas mulheres e três homens, o que sempre dá mais responsabilidade, um papel de coordenação. Com meus irmãos também foi interessante. Os quatro gostavam muito das aventuras, de sair para coletar frutas silvestres, pegar iguanas e brincar com os animais. Tive influência de leitura, aprendi a amar a leitura. Na época, havia escolas masculinas e escolas femininas, mas a minha era mista. Fui um privilegiado nesse sentido.

Vida no Equador - Foi um choque sair da praia e ir morar na capital. Fui para uma cidade na qual já existia essa questão de ficar cada um no seu apartamento e de diferentes níveis sociais, o que impedia a circulação por esses diferentes níveis. Havia uma postura educativa conservadora. Eu lembro que tentavam me disciplinar e, às vezes, eu ficava de castigo, aos finais de semana, fazendo intensivos trabalhos físicos. Lembro que não gostava tanto da vida na cidade quanto da educação. Tive a sorte que os jesuítas inventaram a educação liberadora, e chegaram jesuítas estadunidenses, o que fez mudar completamente a perspectiva. Com isso, me formei em um ambiente mais democrático. A questão acadêmica era da melhor qualidade.

Mudanças e estudos - Mudei de lugar várias vezes na cidade. Fui para bairros que ainda eram novos, onde ainda podia se sair para a montanha e brincar com outros adolescentes, jogar futebol e fazer alpinismo. Comecei a ter uma vida social maior. Depois, o colégio em que eu estive era bom e orientava de acordo com os talentos. Eu gostava muito de história, de poesia, de matemática, de física. Isso, em outros lugares era impossível, porque as opções eram direito, medicina ou engenharia. E eles

me permitiram trabalhar e gostar do que eu fazia. Consegui passar e ter uma base muito forte, o que me permitiu a continuidade na onde cursei Ciências Exatas. Nosso diploma tinha reconhecimento internacional. Era uma época de ditadura e de muita politização. Os policiais, constantemente, ficavam na rua. Eu morava perto da universidade do Estado. Éramos adolescentes e, ao mesmo tempo em que estávamos na rua jogando basquete ou futebol, estávamos no meio das manifestações.

Graduação - A nossa universidade era interessante, porque, apesar de ser da área técnica, ela dava uma formação filosófica, antropológica e sociológica até melhor que os cursos das Ciências Sociais. Eram créditos, e tinha que aprovar créditos em artes. Daí surgiu o meu elo com a comunicação, porque eu escrevia para o jornal da universidade, era do cineclube e, finalmente, fui ator de teatro da Politécnica e professor na universidade. Talvez o que seja interessante para a Comunicação seja falar desse elo que foi se estabelecendo. Cheguei a ser diretor do Cineclube, que era muito ativo, pois éramos um país petroleiro e podíamos comprar filmes. O Cineclube me permitiu uma aproximação muito interessante com o cinema. Eram cinemas-fórum, ou seja, assistia-se ao filme e fazia-se uma reflexão sobre o mesmo. Acho que já nasci cinéfilo. Fugia de casa para ir ao cinema, na minha cidadezinha. Fazia qualquer coisa para ir ao cinema. Entrei também para o rádio. Tínhamos um noticiário na Rádio Continente, às 18h, que foi censurado pelo governo. Ao mesmo tempo, era muito emocionante, porque tudo o que fazia era reconhecido pela população. Outra coisa muito boa para a minha formação foi o teatro. Seguimos a linha da criação coletiva do teatro livre de Cáli, na Colômbia, que tinha dois dramaturgos importantes, de sobrenome Buenaventura. Com o tempo, fui descobrir que isso também era comunicação. Por um período, fui professor de cálculo, trigonometria e física. Depois de seis anos é que entrei para a comunicação. Tivemos um noticiário com maior audiência, na Rádio Cideral, que tocava música caribenha. Nosso noticiário combinava a alegria do ritmo com um formato

distinto, que abordava outras coisas, tanto da vida cotidiana quanto da vida política, da arte e do esporte.

Envolvimento político - Participamos da formulação da Constituição de 1978, que foi muito avançada no contexto internacional. O Equador teve separação entre a Igreja e o Estado, educação laica e educação das mulheres e divórcio, em 1895, muito antes que a maioria dos nossos países. Ainda estava na ditadura, mas o primeiro passo para a redemocratização foi a aprovação de uma nova Constituição. Foi um processo de profundidade política. Participei da luta ditatorial, quando tinha entre 17 e 18 anos. Era impressionante ver a valentia das mulheres, com filhos, confrontando. Essas foram as minhas primeiras participações políticas.

Casamento - Quando conheci a Maria, já era professor universitário da Comunicação, diretor do Centro de Pesquisas. Ela era de outra cidade, de outra região, e foi por um engano que a conheci. Lançamos um jornal regional, fora da capital, numa feira indígena, e o lançamento era uma festa, porque 20% da população comprava o nosso jornal, que era de grande circulação. Após o lançamento do jornal, o pessoal queria ir para as festas da capital, porque queria dançar. Eu não queria ir. Era crítico a essas festas. Me falaram: o grande combo de Porto Rico está negando uma orquestra clássica da salsa e da música caribenha? Eu adorava o ritmo e decidi ir à festa. Não tinha transporte para a capital. Conseguimos alugar uma kombi, e éramos 20 pessoas. Eles me enganaram para eu ir, porque não tinha apresentação de nenhuma banda de Porto Rico. E isso foi ótimo, porque conheci a Maria. Depois de um ano de namoro, casamos. Não começamos a namorar imediatamente. Acho que foi um mês e meio de aproximação. Ela também tinha uma tradição cultural de circulação forte. Aos 14 anos, saiu de casa e foi morar fora, com o apoio dos pais. O pai dela dizia que a mulher tinha que ser independente. Ele deu estudos para as filhas para que elas fossem independentes. Nossos dois filhos mais velhos, o Rafael e o Emiliano, nasceram em Quito, no Equador. E a Maitê, a mais nova, nasceu em São Paulo. Quando

o Rafael estava com seis meses, eu vim para o Brasil.

Vinda para o Brasil - Eu estava na despedida de um amigo brasileiro, que estava voltando para o Brasil, e conheci fazendo teatro popular nas favelas no sul de Quito. Eu trabalhava no Centro de Pesquisas e ele perguntou se eu não gostaria de fazer uma pós-graduação. Ele, então, sugeriu que eu participasse de uma seleção. Era uma coisa difícil, pois eu não sabia português, e teria que aprender para fazer a prova. Eu gostava do futebol e da música do Brasil, que conhecia pelos filmes. Tive a sorte de assistir a um jogo do Pelé, aos sete anos de idade. Foi entre Santos e a Liga Desportiva Universitária. Fiquei maravilhado de assistir ao jogo. Neste momento, me naturalizei brasileiro, na questão de futebol. Então, já existiam afinidades muito fortes com o Brasil. Estudei o português por três meses, passei na prova e entrei para o processo classificatório. Fui aceito em cinco universidades, entre elas UFRJ, USP e PUC-SP, e não tinha idéia de como eram as instituições. Perguntei qual era a universidade que deveria escolher e me falaram para pegar a USP. Entrei na USP, em 1991, e fui entrando na lógica acadêmica brasileira, que me fascinou já no primeiro ano. Nunca mais voltei a morar no Equador. De 1994 a 1995, morei na Espanha, para fazer o pós-doutorado. Depois de um ano, a minha família veio para o Brasil. Fomos abrindo campo em São Paulo. Lembro que colaborava com o Centro de Estudos em Saúde Mental da América Latina, em Perdizes (SP), fazia monitorias culturais e *free-lance*. Depois, passei a atuar como professor e pesquisador na USP e na Universidade de Santo Amaro. Entrei nos grupos de pesquisa, o que foi muito bom para a minha formação. Desde o Equador, já participava de grupos intelectuais, tanto na área de ciências exatas como na política, na história, na comunicação. E, finalmente, fundamos um Centro de Pesquisas, com influência colombiana, no qual fiz um trabalho de pesquisa, durante oito anos, sobre a cobertura internacional dos grandes jornais equatorianos.

Ingresso na Unisinos - Em 1998, na Cátedra Unesco, na Universidade de São Paulo, havia um evento sobre “Pensamento

Comunicacional Latino-Americano”, e, como um dos meus objetos de pesquisa era o Jesus Martins Barbero, e esse estava dedicado ao autor, fui convidado a ministrar uma palestra e apresentar um texto que seria publicado em um livro. No público, estava o Pe. Pedro Gilbeto Gomes, que era vice-reitor da Unisinos na época. Ele se aproximou de mim e me convidou para trabalhar na Unisinos. Todos nós queríamos sair de São Paulo, porque a violência era muito forte. Foi por causa do convite do vice-reitor que viemos para o Rio Grande do Sul. O nível daqui é muito bom e as condições de vida, principalmente para a minha família, eram melhores. Conheci a Unisinos em dezembro de 1998. Existia o projeto de criação do doutorado, que começou em março de 1999, e cheguei aqui em junho. Me adaptei rapidamente e os colegas me acolheram muito bem. Sempre existem as adequações burocráticas e culturais, mas a Unisinos tem sido uma casa para mim. Só tenho a agradecer. A postura que se vai encontrar em todos os documentos da Associação de Universidades Jesuítas na América Latina, nas diretrizes gerais dos jesuítas do mundo, é comprometida com os setores excluídos, com as classes. Do outro lado, que o rigor acadêmico, essa distinção que se tem nos jesuítas do mundo, seja cultivada de uma forma democrática e aberta, continuando a permitir várias correntes de pensamento. A Unisinos já é uma referência no Brasil e tem presença na comunidade ibero-americana. Espero que ela continue nesse caminho para alcançar esse nível de internacionalização, de humanização e sensibilidade, e de estar presente no mundo de uma forma transcendente.

Cultura - Para manter a cultura, a primeira coisa é manter a língua. Minha filha, que é paulista, fala espanhol, porque, em casa, nós só falamos este idioma. Várias vezes organizamos, aqui e em São Paulo, encontros de equatorianos, e se faz a divulgação da música, da literatura e da história. Penso que essa cultura tem origem no Equador, mas é uma cultura latino-americana. Tivemos um fluxo muito alto de exilados para o Equador, principalmente da Argentina, do

Chile e do Uruguai. Tenho a marca da América Latina. Não é diferente o que se vê na culinária. Na minha casa, tem comida chilena, cubana, mexicana e gaúcha.

Situação do Equador - O Rafael Correa foi formado com os salesianos e aprendeu a questão do trabalho eclesial de base nas comunidades na província de Cotopáxi, uma das mais pobres do Equador. Nós já tivemos um presidente graduado em Harvard, Jamil Mauad, que fez as piores coisas possíveis, desenhou uma política de fundamentalismo de mercado terrível. Então, o lado intelectual não existe apenas numa pessoa que tem um diploma em uma boa universidade. O Rafael Correa tem, sim, uma formação acadêmica boa e forte, além de uma postura democrática, apesar do seu jeito um tanto populista, de confrontar-se, de lidar com os jornalistas sensacionalistas. Como também foi um educador, montou seu ministério com quadros estratégicos, mostrando um significativo compromisso político com transformações profundas. Tem equipes fortes, principalmente nas áreas estratégicas de petróleo, de economia, na área social e na educação. O Rafael Correa tem apoio neste momento, mas precisa mudar uma cultura que está expandida, a cultura do jeitinho, que não é tipicamente brasileira, a cultura da corrupção, a cultura patriarcal-autoritarista. Existem questões culturais que estão permeando o conjunto social, da direita à esquerda, do pobre ao grande empresário. Por outro lado, parece que as pessoas se cansaram de ter uma involução tão significativa no econômico, no social, no educativo, em todos os sentidos. Sou otimista, mas sei o quanto é difícil mudar isso. Hoje, acreditam que um outro mundo é possível e caminham nessa direção.

Instituto Humanitas - Penso que é um centro crucial para garantir o pensamento filosófico crítico livre e renovador na Unisinos. Acompanho suas publicações

semanalmente, utilizo seus materiais nas disciplinas e trabalhos de grupos de pesquisa e estudo suas propostas com carinho e fraternidade. Sinto-me unido à sua profunda veia ética e às suas proposições e linhas de pensamento. Desejo para o IHU um futuro frutífero e expansivo, de maior penetração na universidade e na sociedade regional.